O Bairro do Monte Pedral

Bases para uma proposta de reabilitação

Orientador: Mestre Arq. Nuno Valentim

Aos meus pais.

Agradecimentos

A todos os que me apoiaram na realização deste trabalho, em especial ao professor Nuno Valentim.

Aos amigos e colegas pela força que me deram, em particular na recta final. Ao meu irmão pela disponibilidade e ajuda. À Rita pela presença constante e apoio.

Resumo

Por iniciativa do jornal “O Comércio do Porto”, surge em 1899 um dos primeiros bairros sociais da cidade do Porto - o Bairro do Monte Pedral, projectado pelo Arquitecto Marques da Silva.

Não sendo uma obra classificada, mas reconhecido na Carta de Valores Arquitectónicos pela Câmara Municipal do Porto, este projecto é de uma importância singular, não só por ter sido uma das primeiras experiências no campo da habitação social, mas também pelo seu autor, o arquitecto Marques da Silva, uma figura incontornável na história da arquitectura da cidade do Porto. Hoje em dia o Bairro do Monte Pedral denota claros sinais de degradação e inúmeras alterações ao seu projecto inicial que desvirtuam o seu carácter.

Este estudo pretende enquadrar o Bairro no contexto social, económico e arquitectónico em que surge, demonstrando a sua importância e a necessidade da sua reabilitação. Após uma análise das alterações realizadas de forma mais, ou menos, clandestinas e os problemas que apresenta, é estruturada uma proposta de intervenção, procurando conciliar as necessidades actuais dos moradores com os valores culturais e patrimoniais presentes.

Abstract

On the initiative of the newspaper "O Comércio do Porto", the year 1899 witnessed the creation of one of Porto's first social housing projects - the Bairro do Monte Pedral, designed by the architect Marques da Silva.
In spite of not being a classified work, its relevance is recognized in the Carta de Valores Arquitectónicos of the Porto City Hall. Also, this project is of particular importance, not only because it was one the first ventures into social housing, but also because of its author, the architect Marques da Silva, an unavoidable figure in the history of the city's architecture. Nowadays, the Bairro do Monte Pedral shows clear signs of degradation and countless deviations from the original project that undermine its character.

The purpose of this study is to frame the Bairro in the social, economic and architectural context of the time of its origin, demonstrating its importance and the need for its rehabilitation. After an analysis of the clandestine modifications made to the project and the current problems revealed to us, an intervention proposal is drafted, seeking to reconcile the needs of the current residents with the existing cultural assets and heritage.

Résumé

Sur l'initiative du journal «O Comércio do Porto », en1899, l'un des premiers logements sociaux apparaît à la ville de Porto – le Quartier Monte Pedral – qui a été conçu par l'architecte Marques da Silva.

N'étant pas un édifice classé, mais reconnu par la "Carta dos Valores Arquitectónicos" par la Mairie de Porto, ce projet est d'une importance particulier (unique), non seulement parce qu'il est une des premières expériences dans le logement social, mais aussi parce que son auteur, l'architecte Marques da Silva, est un personnage incontournable à la ville de Porto. Aujourd'hui, le quartier Monte Pedral a des signes évidents de dégradation et de nombreux changements dans son projet initial qui faussent son caractère.

Cette étude essaye d'ajuster le quartier dans les domaines social, économique et architectural qui apparaît, en démontrant son importance et la nécessité de sa réhabilitation. Après une analyse des changements réalisés de façon, plus au moins, clandestines et les problèmes qu'il présente, on présente une proposition d'intervention structurée, en cherchant à concilier les besoins actuels des résidents avec les valeurs culturelles et le patrimoine qui font partie du projet.

Índice

1. Introdução 1
1.1. Motivações, objecto e objectivos 3
2. Enquadramento 7
2.1. Enquadramento Histórico 9
2.2. Enquadramento Urbano 16
2.3. A Crise da Habitação Operária ao Nível Internacional 22
2.4. Enquadramento Arquitectónico 28
2.5. O Arquitecto Marques da Silva 38
2.5.1. Vida e Obra 39
2.6. O Bairro do Monte Pedral 49
2.6.1. Enquadramento do Bairro 49
2.6.2. Caracterização do Bairro e dos seus edifícios 58
3. Diagnóstico 67
3.1. Levantamento das Alterações ao Projecto Inicial 69
3.2. Síntese das Anomalias e Degradações Observadas 78
4. Bases para uma Proposta 83
4.1. Intervenção no Património Edificado de Natureza Social 85
4.2. Bases para uma Proposta de Intervenção 93
5. Conclusão 103
5.1. Notas conclusivas 105
Bibliografia Geral 108
Fontes das Ilustrações 115

1. Introdução

1.1. Motivações, objecto e objectivos

"Apesar de existir uma preocupação crescente com a reabilitação dos centros históricos e do património edificado em geral, verifica-se que uma enorme percentagem de operações de reabilitação não é enquadrada por uma reflexão, diagnóstico ou projecto atento às especificidades de cada caso. Frequentemente os resultados são desastrosos." [1]

A reabilitação do património é essencial para a manutenção da história e da imagem da cidade, não devendo ser considerada apenas a construção de excepção, mas todo edificado, incluindo o de carácter social.

O objecto de estudo desta dissertação, o Bairro do Monte Pedral, é uma das primeiras experiências no campo da habitação social. A sua construção foi promovida pelos proprietários do jornal *O Comércio do Porto*, auxiliados pelo concurso de cidadãos beneméritos e em terrenos cedidos pela Câmara.

Esta tipologia habitacional nasce da necessidade de criar habitação de custos controlados, como resposta à sobre-população da cidade, e consequentes faltas de condições de salubridade. De facto, o rápido crescimento populacional na cidade do Porto num curto espaço de tempo, deu origem a uma crise ao nível da habitação, que afectou particularmente as classes mais baixas. Rapidamente a procura se torna superior à oferta, e, vendo nisto uma oportunidade rentável, comerciantes e artífices subdividiram o edificado existente e iniciaram a construção de casas de baixo custo e qualidade – as ilhas. Sem as mínimas condições de higiene e salubridade, as condições de habitabilidade nas ilhas eram deploráveis e rapidamente se tornaram focos de doenças e epidemias.

O Bairro do Monte Pedral surge como uma reflexão sobre esta situação, procurando uma solução que permitisse, a baixos custos, oferecer habitação de qualidade à classe operária. O seu projecto foi entregue ao arquitecto Marques da Silva e previa inicialmente a construção de 68 habitações. Situado no cruzamento da Rua da Constituição com a Rua de Serpa Pinto,

[1] LOPES, Nuno Valentim Rodrigues, Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e Início do Século XX - Do Restauro à Selecção Exigencial de uma Nova Caixilharia: o Estudo do Caso da Habitação Corrente Portuense", Porto: Dezembro de 2006, p. 1.

na freguesia de Cedofeita, este conjunto de habitações unifamiliares de dois pisos foi construído em duas fases distintas: a primeira, no ano de 1899, consistiu num conjunto 14 habitações e a segunda, no ano de 1905, acrescenta 12 habitações ao bairro, num conjunto total de 26.

Este conjunto edificado, com mais de 100 anos, encontra-se, hoje em dia, degradado e desvirtuado pelas inúmeras alterações que lhe foram feitas e é necessária uma intervenção no sentido de lhe devolver a sua imagem e o seu valor.

Depois do estudo da situação histórica, social, económica, urbana e arquitectónica que leva à criação deste Bairro, o objectivo da dissertação é analisar o estado actual da obra, fazer um levantamento dos problemas a resolver, quer a nível humano e social, quer a nível construtivo, e então delinear uma estratégia de intervenção que valorize este bairro e os valores patrimoniais que lhe estão subjacentes.

Inicialmente procede-se à recolha de elementos que permitam compreender o contexto em que surge o Bairro do Monte Pedral, de forma a entender as suas condicionantes.

Posteriormente realiza-se um levantamento diagnóstico do seu estado actual: do levantamento geométrico/ construtivo, às alterações executadas por parte dos moradores, anomalias e outros. Serão feitas visitas às habitações e entrevistas aos respectivos moradores.

Com base em toda a informação recolhida, será delineada uma estratégia de intervenção.

Espera-se que esta proposta, ainda que estudada para o caso específico do Bairro do Monte Pedral, formule linhas guias / pistas de referência futuras para outras situações semelhantes.

2. Enquadramento

2.1. Enquadramento Histórico

"Na história urbana portuense a saga das *ilhas* representa um longo e significativo momento no que respeita à vida e à forma da cidade.

Ao Porto barroco que beneficia dos ouros do Brasil e do cultivo do milho, que aceita a nobreza dentro dos seus muros e prestigia a igreja (…) sucedem-se a nova sociedade e o novo urbanismo iluminista (…) o nascimento de uma economia pré-industrial; o aumento demográfico e, como consequência, a existência de «casas que têm quinze famílias diferentes e que pela sua dilatada extensão se chamam *ilhas*»" (Agostinho Rebelo da Costa, 1788)"[2]

No séc. XVIII, altura em que a cidade do Porto ainda estava confinada às suas muralhas, e a actividade económica dominante era o comércio, ocorre um acentuado crescimento demográfico. Foi o desenvolvimento do comércio do vinho do Porto que contribui para a expansão da cidade além muralhas. O planeamento do alargamento da cidade foi uma iniciativa dos Almadas, a partir de 1760, construindo ruas que definiam novas áreas urbanas para além do velho núcleo.

Na segunda metade do séc. XIX o Porto entra numa lenta e tardia revolução industrial que vai trazer grandes alterações à cidade. O crescimento da indústria, a par do declínio da agricultura, trouxe muita gente à cidade procurando trabalho e casa. Este processo deu origem a uma imigração massiva do campo para a cidade, facilitada pelo desenvolvimento dos meios de transporte rodoviário e ferroviário: entre 1864 e 1890 a população aumenta em 64%.

A cidade cresce e surgem novas zonas residenciais (Cedofeita, Sto. Ildefonso e Massarelos) para onde se desloca a classe média que vai progressivamente abandonando os velhos bairros da zona histórica. Comerciantes e industriais construíam bairros modernos nos novos arruamentos previsto pelo plano da Câmara. Eram "aglomerados de habitações aprazíveis, elegantes e saudáveis, nos bairros modernos da Boavista, Carreiros, Duque de Bragança,

[2] TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, p. 124

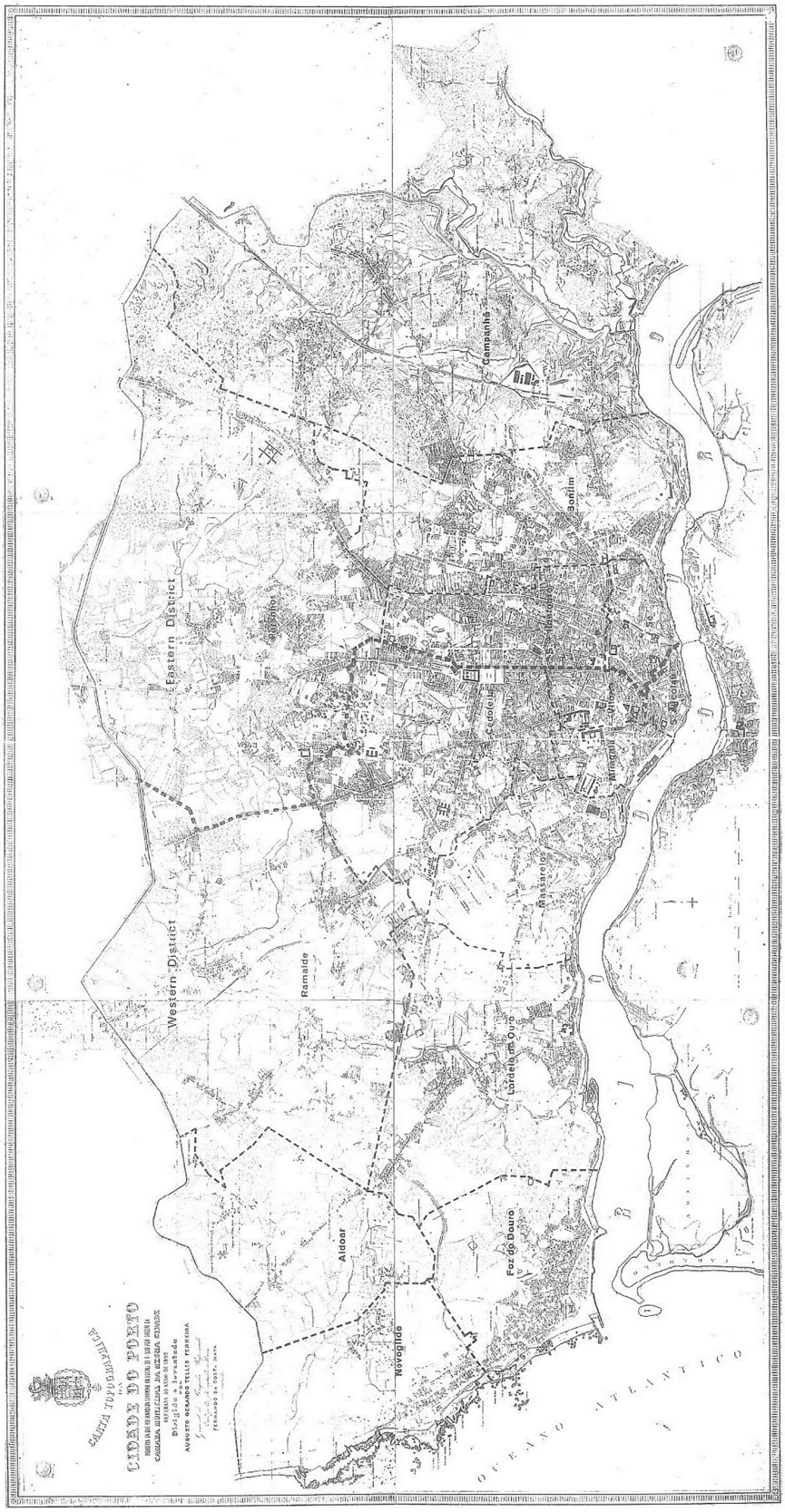


Fig. 1 - Divisão Administrativa da cidade no final do século XIX: bairros e freguesias, mapa de 1892.

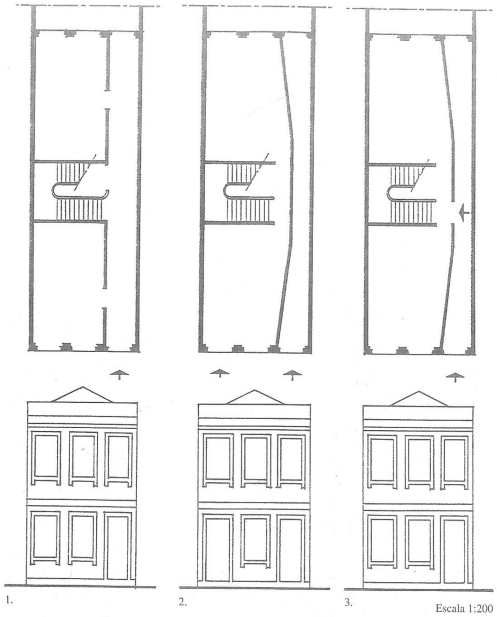
Álvares Cabral, Santa Catarina […]"[3] Existiam também as grandes quintas, alojamentos de características rurais, de localização mais periférica. Eram pequenos núcleos que se desenvolviam normalmente em torno de uma capela, como as Quintas da Bonjóia, Freixo, Revolta, Prado entre outras. Na Foz do Douro, o Bairro Inglês ou Ocidental, era residência da colónia inglesa, ligada essencialmente ao comércio de vinho do Porto. Era a zona mais rica da cidade e as habitações aí construídas ostentavam essa riqueza.

Os edifícios antigos e abandonados do velho núcleo da cidade passam a abrigar a "nova população" atraída para a cidade pela indústria. A política orientada para os interesses da burguesia e a especulação de terrenos e imóveis, provoca uma subida enorme dos custos da habitação, tornando-a inacessível à classe operária, cujos baixos salários se reflectiam no seu nível de vida, fruto de um sector industrial ainda pouco desenvolvido. Começaram por ocupar os edifícios antigos do centro histórico da cidade (freguesias da Sé, S. Nicolau, Miragaia e Vitória), edifícios já em degradação e sobre-ocupados. "Trata-se das velhas casas tradicionais dos comerciantes, altas e estreitas, da Sé e da Ribeira, que são sucessivamente ocupadas pelos que chegam à cidade em busca de emprego e se transformam em verdadeiras «colmeias humanas», através da locação de pisos ou subdivisão de edifícios"[4]

Mas esta opção depressa se esgotou e tornou-se necessária a construção de habitações de baixo custo para o alojamento da classe operária. Não sendo este um investimento muito apelativo à burguesia mercantil ou industrial, foram pequenos comerciantes e fabricantes que tomaram a iniciativa de construir estas habitações. Como a sua capacidade de investimento era reduzida, as construções eram de muito baixa qualidade, muitas vezes construídas nas traseiras das suas próprias casa, rentabilizando assim os seus terrenos – surgem as *ilhas*. A localização e a forma das ilhas foram resultado do loteamento pré existente do solo em parcelas de 5,5 m, com uma profundidade que podia atingir os 100 m.

[3] ANTAS, Álvaro Cândido Furtado de, *A Insalubridade do Porto, 1902*, p.66 - in MATOS, Fátima Loureiro de, *Os bairros Sociais no Espaço urbano do Porto: 1901-1956, Análise Social*, Vol. XXIX (127), 1994 (3.º), p. 680.

[4] MATOS, Fátima Loureiro de, *Os bairros Sociais no Espaço urbano do Porto: 1901-1956, Análise Social*, Vol. XXIX (127), 1994 (3.º), p. 678.



1. Planta e alçado original de habitação da classe média.
2. Abertura de uma segunda porta para acesso independente à ilha.
3. Abertura de uma porta a meio do corredor, no início das escadas, para acesso à casa à face da rua.

Fig. 2 - Adaptação da planta e do alçado da casa para a construção de ilhas nas traseiras.

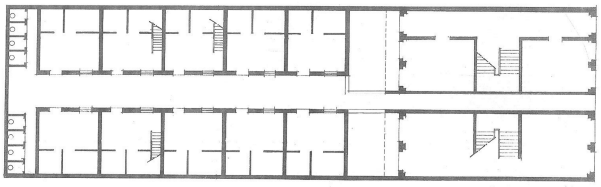
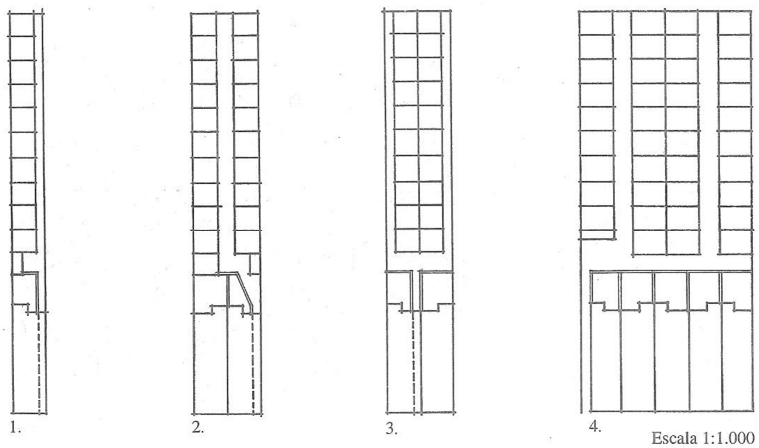


Fig. 3 - Morfologia básica das ilhas.



1. Ilha construída num único lote.
2. Ilha construída em dois lotes, com corredor central.
3. Ilha construída em dois lotes, com as casas dispostas costas com costas e dois corredores laterais de acesso.
4. Ilha construída em terrenos de traseiras correspondendo a vários lotes. Filas sucessivas de casas construídas costas-com-costas.

Fig. 4 - Principais tipos de ilhas.

"A par dos novos bairros e chalés que enchem as zonas chic da cidade – a Boavista, a Foz, Álvares Cabral. Etc. – alastra no miolo de alguns quarteirões urbanos e em zonas degradadas a "cidade escondida" das "ilhas" e da pobreza" (Sérem, M. e Pereira, Gaspar, 1995)

As *ilhas* eram então pequenos núcleos habitacionais constituídos genericamente por duas fileiras extensas de casas térreas, dispostas ao longo de um estreito corredor perpendicular à rua de acesso, nas traseiras da casa principal. Os sanitários eram colectivos e não havia abastecimento de água. Esta tipologia surge com maior incidência nas zonas periféricas, onde estava concentrada a maioria dos estabelecimentos industriais, nas freguesias do Bonfim, Santo Ildefonso, Cedofeita, Massarelos e Lordelo.

A sobre ocupação do espaço e a insalubridade, conjugadas com a extrema pobreza dos habitantes, fizeram das ilhas focos de doenças como a tuberculose e a peste bubónica. Os riscos de epidemia, infecção e incêndio obrigaram a que fossem tomadas medidas no sentido de resolver o espaço urbano, em particular das zonas residências. Os avanços da biologia e da higiene fizeram despertar a medicina social para o atraso em que se encontrava Portugal. Esta situação leva a que o estado se preocupe com o problema da habitação operária e em 1890 são tomadas as primeiras medidas legislativas. No entanto no Porto, apesar de algumas propostas do poder político, as primeiras iniciativas são de iniciativa privada. A mais importante é a desencadeada pelo jornal O Comércio do Porto, em 1899, através da abertura de uma subscrição pública com vista à construção de algumas colónias operárias, em terrenos cedidos pela câmara. Construíram-se três bairros:

- O Bairro do Monte Pedral (1899/1905) composto por 26 moradias uni-familiares, com um pequeno jardim, da autoria do arquitecto Marques da Silva;

- O Bairro do Lordelo (1901/1903) constituído por 29 casas térreas, autoria do engenheiro Manuel Fortunato;

- O Bairro do Bonfim (1904/1908) com 40 moradias em grupos de 4, com um pequeno jardim, projectado pelo engenheiro Joaquim Pacheco.

"Aumenta sucessivamente o número de casas e a procura delas é insistentíssima, o que vem afirmar, simultaneamente, três importantes factos: 1º, que os bairros correspondem a uma grande necessidade pública no Porto; 2º, que as classes operárias compreendem as

Fig. 5 - Bairro do Monte Pedral.

Fig. 6 - Bairro do Lordelo.

Fig. 7 - Bairro do Bonfim.

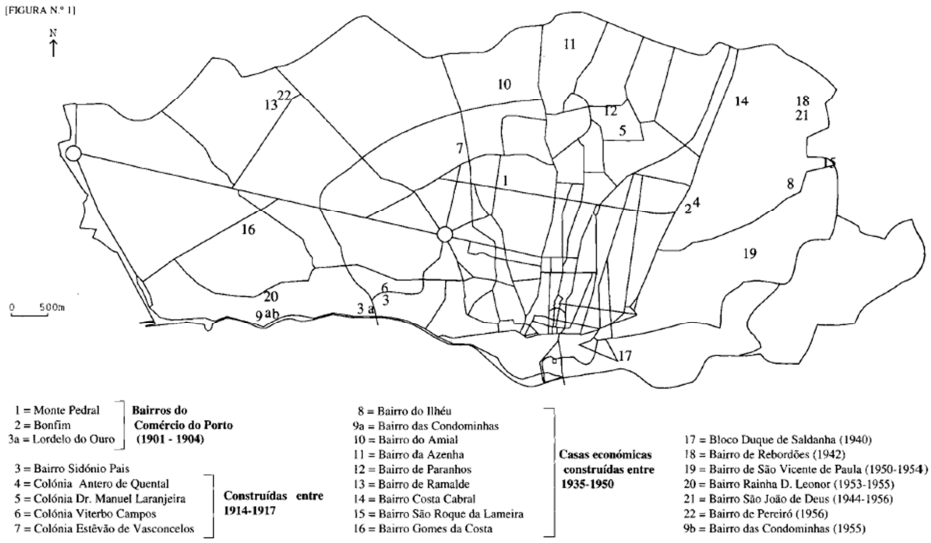


Fig. 8. - Localização dos bairros construídos entre 1899 e 1956

vantagens de abandonar as habitações insalubres, que abundam pela cidade; 3º, que é indispensável aumentar o número das casas baratas e sadias."[5]

Apesar de estes bairros terem sido construídos com o intuito de alojar operários, tal não se verificou. As rendas, apesar de mais baixas, não eram acessíveis à grande maioria dos trabalhadores. Outras iniciativas se seguiram por parte da Câmara Municipal, baseadas na experiência das colónias operárias anteriormente referidas, como por exemplo: o Bairro Sidónio Pais (1918), a Colónia Antero de Quental (1914), a Colónia Estêvão Vasconcelos (1914), a Colónia Dr. Manuel Laranjeira (1916) e a Colónia Viterbo Campos (1916).

No entanto, "para os estratos sociais mais baixos, as ilhas e a sobre-ocupação de velhos edifícios (…) continuavam a ser, no início deste século, as únicas soluções possíveis para satisfazer as suas necessidades de habitação. Não obstante as novas disposições legais que restringiam a sua construção, o número de ilhas continuou ainda a aumentar durante as primeiras décadas deste século."[6]

[5] O Comércio do Porto, 29 de Novembro de 1905.
[6] TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, Anexo 3, p.496.

2.2. Enquadramento Urbano

No séc. XIX a população no Porto crescia vertiginosamente e as muralhas eram um limite físico que já tinha sido ultrapassado. A cidade já se ia expandindo de acordo com as vias de acesso ao núcleo, as portas da cidade e os postigos das muralhas. O início do desenvolvimento industrial veio acentuar este crescimento, visto que as indústrias iam surgindo fora do núcleo e, consequentemente, era criada toda uma série de novos arruamentos, novas parcelas de cidade.

Até meados do séc. XVIII, a cidade do Porto encontrava-se ainda contida dentro das suas muralhas. Com o desenvolvimento do comércio do Vinho do Porto e a emigração de pessoas de Lisboa para o Porto após o terramoto de 1755, a população da cidade aumentou de 30 024 habitantes (1732) para 61 462 (1787).[7] O desenvolvimento urbano externo às muralhas tem início em 1718, iniciativa da Diocese que era proprietária de terrenos. Contudo este desenvolvimento foi muito limitado e a cidade continuava maioritariamente contida nas suas muralhas. A densidade populacional continuava a aumentar, e aos prédios existentes eram acrescentados novos andares, construídos com materiais mais leves e fracos, onde era alojada a população mais pobre. Prevendo um crescimento gerado pelo comércio do Vinho do Porto e um consequente aumento da riqueza, João de Almada e, posteriormente, o seu filho Francisco de Almada e Mendonça, a partir de 1700, estabeleceram um plano para o crescimento da cidade além muralhas. As previsões dos Almada não se verificaram e, devido às invasões francesas (1807-1813) e à guerra civil (1832-1834), o crescimento da cidade estagnou. Na "Planta Redonda" de George Balck, de 1813, são visíveis os principais eixos executados pelos Almadas: a Rua do Almada (1762-64), a Rua de Sta. Catarina (1774), a Rua Direita de Sto. Ildefonso (1778) e a Rua de Cedofeita (1782). Embora estes eixos estejam já razoavelmente construídos, encontravam-se ainda grandes extensões de terrenos por ocupar. Na planta da cidade de J. C. Lima, de 1839, é visível o lento crescimento da cidade, embora com uma área construída ligeiramente maior. Com o fim da guerra civil, inicia-se um

[7] TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, Capítulo I, p.18.

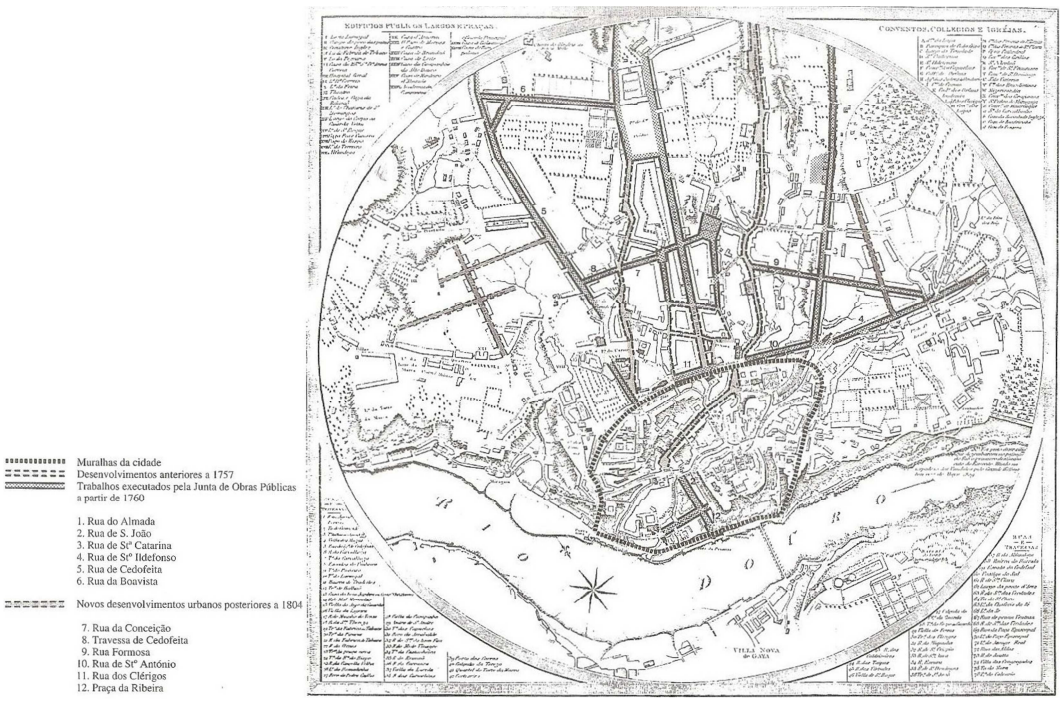


Fig. 9 - Planta Redonda de George Balck (1813) com desenvolvimentos urbanos do séc. XVIII e XIX.

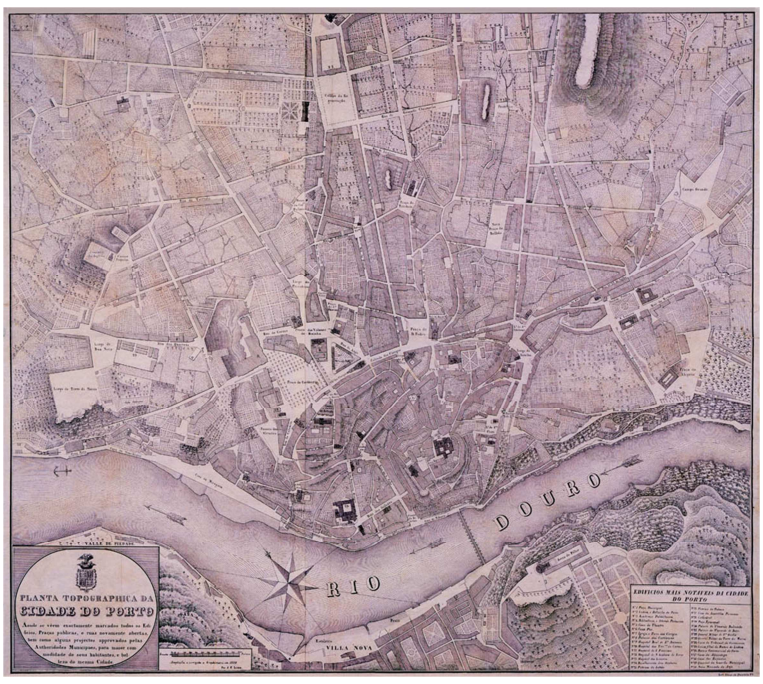


Fig. 10 - Planta de Joaquim da Costa Lima, 1839.

novo período de crescimento industrial e populacional, marcado, simbolicamente, pela introdução da primeira máquina a vapor ao serviço da indústria.

O desenvolvimento que se verificou no país a partir de 1851 teve grande impacto no Porto: a construção de novas estradas, implantação dos caminhos-de-ferro, transformação das tecnologias e equipamentos industriais. O desenvolvimento industrial consequente leva ao aumento da população; entre 1838 e 1864 a população do Porto aumentou 46%[8], em grande parte devido à imigração rural. Este aumento não se traduz em grandes alterações espaciais à planta da cidade, como é visível na planta de 1865, de Perry Vidal. Estes novos habitantes vão sobre-ocupar os bairros antigos da cidade e começam também a instalar-se na periferia oriental, nomeadamente nas freguesias de Bonfim e Campanhã. As freguesias centrais da Sé, S. Nicolau, Vitória e Miragaia atingiam densidades populacionais extremamente altas. A burguesia ia progressivamente abandonando o centro da cidade, para se instalar nos novos bairros da periferia, nas freguesias de Sto. Ildefonso, Massarelos e, em particular, Cedofeita.

A estrutura urbana do Porto só começa a alterar-se de forma mais acentuada depois de 1864, fruto do desenvolvimento industrial e das políticas de desenvolvimento adoptadas pelo governo (já desde 1851). A população continua a aumentar vertiginosamente: 1864 – 86 761 habitantes; 1878 – 105 838 habitantes; 1890 – 138 860 habitantes; 1900 – 167 955 habitantes. Entre 1864 e 1900 e população da cidade do Porto duplica. Os bairros do centro da cidade não têm como responder à procura de habitação consequente, pois já se encontravam sobre-lotados. Como resposta a esta necessidade surgem as ilhas.

Os maiores aumentos de população deram-se nas freguesias de Bonfim, Campanhã e Paranhos, entre 1864 e 1890. As freguesias de Sto. Ildefonso, Cedofeita e Massarelos, juntamente com a parte central da freguesia do Bonfim, que formaram o primeiro anel de expansão da cidade, tiveram também grandes aumentos populacionais. À medida que eram construídas novas zonas residenciais para as classes médias, os bairros mais antigos eram abandonados pela burguesia e ocupados pelas camadas da população mais pobres.

[8] TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, Capítulo I, p.19.

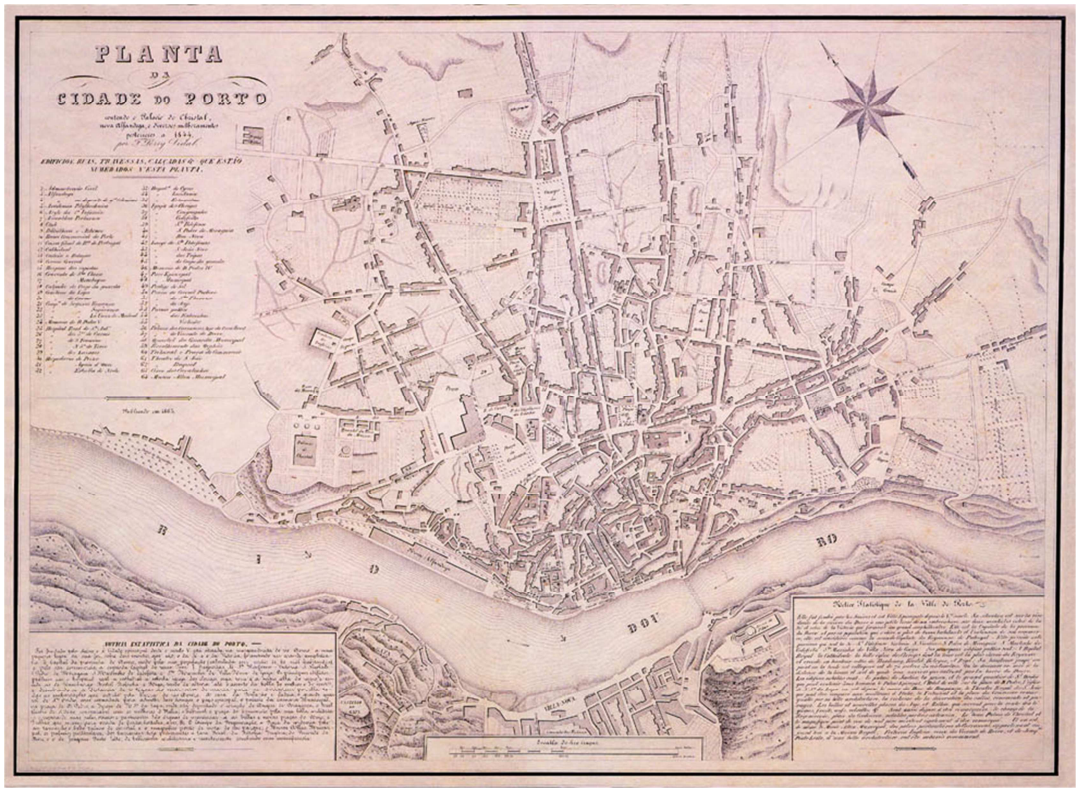


Fig. 11 - Planta de Frederico Perry Vidal, 1865.

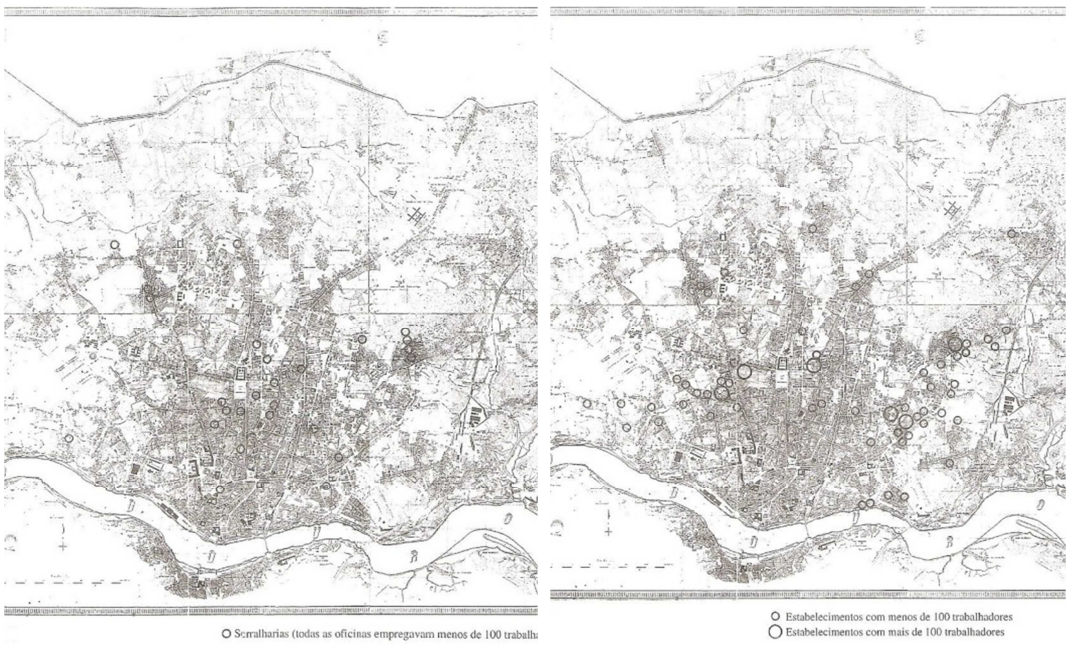


Fig. 12 - Localização de indústrias de fiação e tecelagem de algodão, serralharias no Porto em 1890.

O desenvolvimento e estrutura urbana da cidade nesta época foram condicionados, por um lado, pela construção de novas formas de habitação operária, necessidade resultante do desenvolvimento da indústria e consequente migração populacional; pela localização dessas indústrias em zonas específicas da cidade e, por outro lado, pelo desenvolvimento dos transportes. A construção da ponte ferroviária sobre o rio (1877) influenciou o crescimento das freguesias de Paranhos, Bonfim e Campanhã na medida em que facilitou a comunicação entre o Porto e o sul do país, aumentando as trocas comercias e tornando mais fácil o acesso de matérias-primas e o escoamento de produtos acabados. A ponte Luís I (1886), construída em dois níveis, veio permitir pela primeira vez uma ligação directa entre as zonas altas do Porto e de Vila Nova de Gaia. Isto não só permitiu um descongestionamento das zonas mais baixias, como também veio potenciar o desenvolvimento da cidade a norte, como anteriormente projectado pelos Almadas.

Entre 1865 e 1892 a cidade praticamente quadruplica a sua área construída. A estrutura da cidade consiste num núcleo muito denso de casas degradadas e sobre-ocupadas, onde vivem as classes mais pobres (zona interior às muralhas, que entretanto foram destruídas) e uma zona exterior estruturada pelos eixos definidos pelos Almadas.

O crescimento da cidade não foi contínuo nem cronologicamente, nem espacialmente, com períodos de estagnação, fruto de variados acontecimentos ao longo do século. As áreas de Bonfim e Campanhã estabeleceram-se como as zonas industriais mais importantes da cidade, enquanto em Massarelos e Cedofeita se localizava uma pequena indústria. Na zona mais ocidental, com vista para a foz do rio Douro, encontrava-se a classe mais alta, onde se instalaram os comerciantes mais ricos, inclusive os britânicos.

2.3. A Crise da Habitação Operária ao Nível Internacional

"Les barbares qui menacent la société ne sont point au Caucase ni dans les steppes de la Tartarie, ils sont dans les faubourgs de nos villes manufacturières (…) C'est là où est le danger de la société moderne."[9]

A situação que se vivia em Portugal no século XIX era semelhante à do resto da Europa, com algumas variações temporais dependendo do grau de desenvolvimento de cada país. Para responder ao problema da habitação são, progressivamente, elaboradas legislações sobre a higiene na cidade. São constituídas comissões para averiguar o estado sanitário das zonas industriais e prevêem-se intervenções ao nível da criação de redes de esgotos, recolha do lixo, limpeza e conservação das ruas e às condições de habitabilidade da habitação construída.

Em Inglaterra estas preocupações surgem por volta de 1840, mas não sem que encontrem alguma resistência por parte daqueles que lucravam com a especulação imobiliária. No entanto dão-se os primeiros passos para que o urbanismo se torne uma preocupação geral. Em França o processo dá-se de forma ainda mais lenta, por encontrar uma resistência maior por parte dos proprietários prediais, figuras muito importantes na estrutura económica e política francesa. É procurada a transformação do espaço urbano de forma a maximizar os lucros não indo contra as classes dominantes, mas, ao mesmo tempo, defendendo a segurança e o bem-estar. Haussman, em Paris, leva a cabo este trabalho de adequação do espaço urbano. O que acaba por acontecer é a expulsão da classe trabalhadora para a periferia da cidade e apropriação do centro pela burguesia, de certa forma transferindo o problema para fora da cidade.

Algumas cidades espanholas tiveram um processo de crescimento industrial muito semelhante ao que se deu no Porto, no século XIX, como Barcelona, Lião ou Milão. Eram cidades secundárias em regiões agrícolas férteis, cuja actividade principal era o comércio. Com o desenvolvimento das indústrias, como por exemplo do algodão no Porto e Barcelona,

[9] GIRARDIN, Saint-Marc, *Journal des Débats*, 1831.

Fig. 13 - Rua da Arras, em Lille, França.

Fig. 14 - Quarteirão de Saint-Leu, em Amiens, França.

Fig. 15 - Vista aérea de casas "back-to-back" em Leeds e Bradford, Inglaterra.

Fig. 16 - Rua em Middlesbrough , Inglaterra.

e da seda em Lião e Milão, tornam-se centros importantes, ganhando um grande poder económico.

Ao nível do processo de crescimento industrial há muitas semelhanças entre o Porto e estas cidades, mas ao nível da habitação o mesmo já não acontece. No Porto desenvolve-se a ”ilha” como principal forma de alojar a classe trabalhadora, enquanto noutras cidades sul-europeias, numa primeira fase, se procurava adaptar habitações já existentes, e depois se procedeu à construção de novas habitações expressamente para este fim. Em Lião, depois da saturação da cidade antiga, são construídos edifícios de habitação colectiva, blocos residenciais de vários pisos, quer para a classe média, quer para a classe trabalhadora. Em Barcelona tornou-se usual a adição de novos pisos aos edifícios existentes. Em Milão, até finais do século XIX, os trabalhadores ocupavam a áreas residenciais antigas da cidade, casa tradicionais com galeria, subdivididas em apartamentos. Os novos alojamentos construídos localizavam-se nos bairros já existentes e por isso acabavam por os tomar como modelo, havendo assim uma integração das zonas de habitação operária na cidade. Tal como em Lião e Barcelona, o desenvolvimento industrial em Milão foi muito gradual, coexistindo a indústria com outras formas de emprego e modos de produção pré industriais, levando a que classe operária fosse integrada no resto da classe trabalhadora. Isto reflecte-se no desenvolvimento da habitação operária que se baseia nas habitações tradicionais pré-industriais.

As ilhas do Porto demonstram mais semelhanças com o tipo de habitação que surge nas cidades industriais britânicas. A partir de finais do século XVIII, a industrialização levou ao rápido crescimento de muitas cidades britânicas. Ao contrário dos exemplos citados anteriormente, este crescimento provocou grandes transformações ao nível económico, social e espacial das cidades. A súbita necessidade de uma grande número de habitações para alojar a nova classe operária leva ao desenvolvimento de formas específicas de habitação, que respondem aos problemas de custo, tempo de construção e localização. Surgem as casas construídas costas-com-costas e as casas construídas em pátios, como em Leeds, Liverpool, Manchester, Bradford e Birmingham.

Fig. 17 - Casas "back-to-back" em Leeds, Inglaterra.

Fig. 18 - Casas "back-to-back" em Leeds, Inglaterra

Fig. 19 - Casas "back-to-back" em Burslem, Inglaterra.

De um ponto de vista económico e social, o processo de industrialização no Porto não tem muitas semelhanças com o das cidades britânicas, mas a presença de uma colónia inglesa no Porto e das relações comerciais com a Inglaterra, terá dado a oportunidade de conhecer as soluções adoptadas pelos ingleses para alojar a classe operária, o que poderá ter tido alguma influência na construção das ilhas operárias.

2.4. Enquadramento Arquitectónico

"No século XIX a fragilidade moral e institucional da nação, em guerra civil até ao interior dividido de cada um, colocou os arquitectos na expectativa dos consensos que lhes fundamentassem os encargos ou ordenassem as representações. (…) participam a nível das linguagens formais entre revivalismos que não ultrapassam o estádio da justaposição de decorações estilisticamente variadas ou na alternância nacionalismos e internacionalismos radicais. (…) utilizando modelos de estilo buscados em interpretações seja do romântico ou manuelino seja do vernacular, como de aspiração ao progresso e desenvolvimento que procura na Europa as suas imagens mais cosmopolitas."[10]

No século XVIII, os Almadas projectaram uma série de melhoramentos urbanísticos na cidade do Porto, à semelhança do que aconteceu em Lisboa após o terramoto, ainda que, em menor escala. Na sequência do que alguns projectos anteriores, de 60, já tinham iniciado, foram traçadas várias ruas e para a sua construção foi necessária a demolição torres e muralhas antigas. Ao contrário da irregularidade que o burgo apresentava, os Almadas previram uma regularidade que era traduzida numa estrutura radio-concêntrica, revelando uma concepção unitária da cidade (1784). Baseada na experiência da capital, é procurada a uniformização das fachadas, levando mais além a ideia da cidade como um todo. Destaca-se nesta época a obra da rua de S. João e a Praça Ribeirinha (1780-84), de planta rectangular simétrica com um desenho muito cuidado. Esta última pretendia ser uma praça que ocupasse o mesmo lugar no Porto, que o Terreiro do Paço em Lisboa.

Apesar da "arquitectura tardo-barroca com elementos «rocaille» que, sob a notável influência de Nasoni (falecido só em 73), se espraiaria pelo Porto (e pelo norte do país), em igrejas e palácios fidalgos"[11], começava a surgir um outro conceito de arquitectura de inspiração britânica. São construídos o Palácio da Relação e Cadeia (1765), mais ligado às estruturas seiscentistas e o Hospital de Santo António (1769) de composição mais palladiana. O barroco vai decaindo e dá lugar a uma modernização portuense, visível em particular no edifício da Feitoria Inglesa (1785-90). Outros edifícios se seguiram, como a Casa

[10] COSTA, Alexandre Alves, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*, FAUP 1995, p. 75.

[11] FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, Vol. I, Livraria Bertrand, Lisboa p. 58.

Fig. 20 - Hospital de Santo António, John Carr, 1779.

Fig. 21 - Palácio da Bolsa, Joaquim da Costa Lima Junior, 1840.

Fig. 22 - Cobertura do Pátio das Nações.

Fig. 23 - Edifício da Alfândega, Jean Colson, 1869.

Pia (1792) ou o Palácio dos Carrancas (1795), que marcaram esta transição, também visível na arquitectura religiosa. Outro exemplo desta mudança de gosto é a Academia da Marinha, actual Reitoria da Universidade do Porto, já em 1803. A cidade do Porto teve um papel de destaque nesta tendência inglesa neopalladiana, apelidada de "arquitectura de Port Wine".

"Mas, ao neoclássico que viera de Setecentos, o novo século opunha outra espécie de revivalismo histórico, no neogótico, que em Portugal rapidamente evoluiu para um neomanuelino filho do estilo de Quinhentos, a que os românticos logo deram valor emblemático de Descobrimentos e Conquistas"[12]

As Invasões Francesas e a guerra civil levaram a uma estagnação da cidade a todos os níveis. Mas, se nos anos 40 o Porto era uma cidade provinciana, em 50 desperta da sua apatia. Com o início da revolução industrial, na segunda metade do século XIX a cidade cresce exponencialmente, duplicando a sua população. "Se, em 50, o Porto (…) era um «estreito e cavo burgo medieval», entre 60 e 80 novas ruas se abriram, novos bairros se organizaram (…) e que muito deveram à Exposição Internacional de 65, causa de traçados novos e de calcetamentos…"[13] Três monumentos marcam esta fase: a Bolsa, a Alfândega e o Palácio de Cristal. A Alfândega (1860), projecto do arquitecto e engenheiro francês C. F. G. Golson, é um edifício ao gosto inglês, simples e elegante. A Bolsa, construída sobre as ruínas do velho Convento de S. Francisco, foi um projecto de Joaquim Costa Lima (1842-1910). Numa continuidade do estilo palladiano vigente, é inspirada no Hospital de Sto. António, caracterizada por um esquema simples e austero, oposto, no interior, ao salão árabe (1862-80), já de um carácter mais romântico. É de destacar ainda a cobertura metálica do Pátio das Nações (1882), dentro da técnica nova da construção do ferro inglesa, adoptada há anos atrás pelo Porto. O Palácio de Cristal (1861-65) foi um marco de progresso na história da cidade, quer ao nível da construção, quer ao nível da função. Da autoria do arquitecto britânico Thomas Dillen Jones, o edifício era uma mistura de ferro inglês com os vidros (a cúpula veio mesmo de Inglaterra) e de granito regional. Nesta época são construídas outras duas obras muitos importantes para o desenvolvimento da cidade, duas pontes: a de D. Maria Pia (1877), autoria de Eiffel, e a de Luís I (1880-86). A ponte D. Maria Pia fazia parte da

[12] FRANÇA, José-Augusto, *A Arte Portuguesa de Oitocentos*, Biblioteca Breve, 1983, Lisboa p. 49.

[13] FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, Vol. I, Livraria Bertrand, Lisboa p. 343.

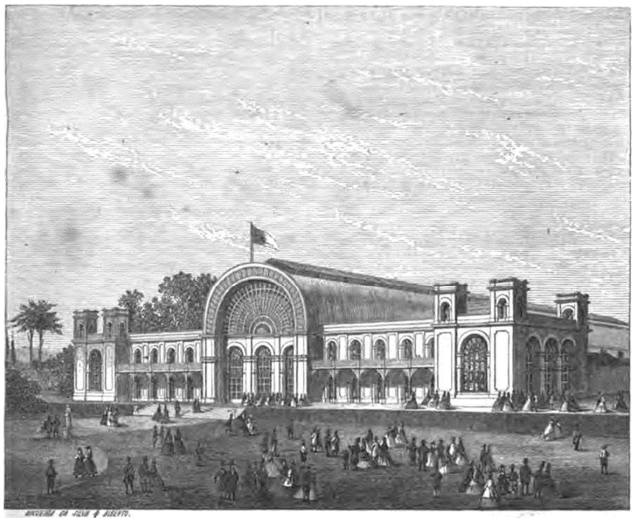


Fig. 24 - Palácio de Cristal, Thomas Dillen Jones, 1865.

Fig. 25 - Estação de S. Bento, Marques da Silva, 1865.

Fig. 26 - Sociedade Martins Sarmento, Marques da Silva, cerca de 1900.

rede ferroviária e permitia uma ligação fácil entre a cidade do Porto e a Capital. A ponte de D. Luís veio facilitar a ligação entre as zonas mais altas do Porto e Vila Nova de Gaia.

A arquitectura no Porto, nesta altura, centrou-se nestes edifícios, havendo um certo desinteresse na criação de outros monumentos públicos. Como pontos de maior vida pública a cidade tinha ainda a Alameda das Fontaínhas, o jardim de São Lázaro e dois teatros, o Teatro de S. João e o Teatro de Baquet, edifícios com um carácter de palacete. "No Porto, como em Lisboa, são afinal as moradias da grande burguesia que dão o tom à arquitectura deste período."[14]

Esta estagnação do desenvolvimento da cidade era bem patente quando comparado com Lisboa, o Porto não possuía ainda uma unidade urbana e "manteve até ao princípio do século XX o carácter de aldeias agregadas".[15] Em 1897 é terminada uma estrada da circunvalação de 16 km que definia o perímetro da cidade, mas deixava grandes espaços devolutos. Surgem alguns planos de ampliação, mas sem uma lógica de conjunto que os sustente. Os próprios edifícios demonstram uma ausência de "harmonia de conjunto, de ritmo, de proporção", nas palavras de Ramalho (1904).

É neste contexto que Marques da Silva regressa de Paris, onde obtém o título de arquitecto pelo governo francês com o projecto de uma estação de caminho-de-ferro. Em 1896 inicia-se a construção da Estação de S. Bento. Mantendo-se fiel à visão parisiense, o seu projecto para a estação acaba por ser um edifício compacto de estilização clássica. Nesta altura é construída também a nova sede da Sociedade Martins Sarmento, da autoria do mesmo arquitecto. Este edifício é caracterizado por um desenho de estilização "romano-bizantino" com uma pormenorização cuidada ornamental. "Nunca o neo-românico teve aplicação mais coerente em Portugal (…) tratado com tanto e tão conscienciosa imaginação".[16]

O Porto sofre nesta altura, a par com outras cidades, graves problemas de sobre população, fruto de um crescimento demográfico grande num curto espaço de tempo, e uma consequente falta de meios para responder às novas necessidades de habitação. A classe

[14] FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, Vol. I, Livraria Bertrand, Lisboa p. 349.

[15] FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, Vol. II, Livraria Bertrand, Lisboa p. 161.

[16] PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, Vol. III, Círculo de Leitores, 1995, p. 517.

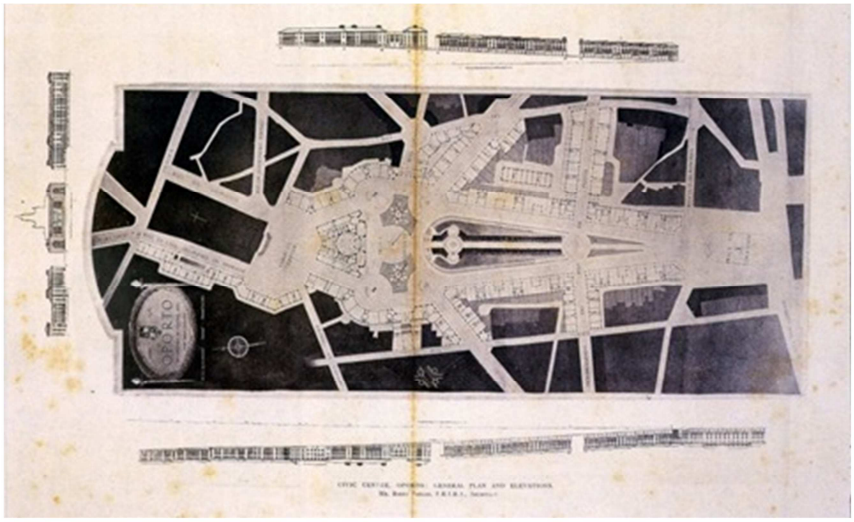


Fig. 27 - Projecto para a Avenida da Cidade de Barry Parker publicado em “The Builder”, 1916.

Fig. 28 - Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, Marques da Silva e Alves de Sousa, 1909.

Fig. 29 - Liceu Alexandre Herculano, Marques da Silva, 1916.

operária distribuía-se em ilhas insalubres criando graves problemas sanitários. Como resposta a este problema o professor e jornalista Bento Carqueja decide criar um bairro operário no Monte Pedral. Marques da Silva é chamado, apresentando um projecto de casas geminadas que propõem soluções pioneiras para a problemática da habitação social. Outra obra a destacar é o Teatro de S. João projectado por Marques da Silva, após o incêndio no edifício original, em 1929.

É de salientar ainda a abertura de uma grande avenida no centro da cidade, em 1915, a Avenida dos Aliados, iniciativa do presidente da Câmara Elísio de Melo, traçada pelo inglês Barry Parker. A avenida deveria prolongar-se para além da Trindade, mas este era um obstáculo inultrapassável, e foram então construídos os Paços do Conselho que a escondiam.

No virar do século, a sociedade portuguesa debatia-se entre a inovação e a tradição, ou seja, por um lado havia a burguesia que defendia o progresso, modernização, assente nas potencialidades da indústria, por outro lado, as elites cultas que temiam a perda da identidade nacional e davam prioridade à valorização histórica das cidades. Os arquitectos portugueses seguiam ainda uma moda neo-romântica mas, ao mesmo tempo, começavam uma procura por estéticas diferentes que viriam também do estrangeiro. Com o regresso a Portugal de muitos jovens formados em Paris, como por exemplo os pintores Silva Porto, Rafael Bordalo Pinheiro, ou os arquitectos José Luís Monteiro e mais tarde Ventura Terra e Marques da Silva, a influência francesa na cultura nacional torna-se muito forte. Esta intrusão estrangeira na arte portuguesa do século XIX acompanha "o percurso ideológico e cultural de uma burguesia progressivamente triunfante em toda a Europa".[17]

Lentamente, os esquemas oitocentistas dão lugar a uma expressão plástica nova, tendencialmente geometrizante, com base construtiva na combinação do ferro e do cimento. O betão armado vai permitir novas articulações volumétricas, revolucionar a tradição oitocentista, do ordenamento superficial da fachada, e estabelecer as bases para a arquitectura do século XX, a arquitectura moderna.

[17] RIBEIRO, Irene, *Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura*, FAUP, 1994, p.83

Fig. 30 - Edifício na Praça do Saldanha, Arq. José Luís Monteiro.

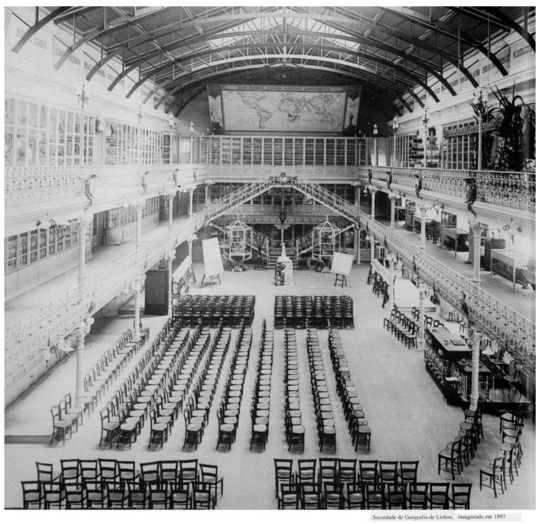


Fig. 31 - Sociedade de Geografia, Arq. José Luís Monteiro, 1897.

Fig. 32 - Casa Viscondes de Valmor, Arq. Ventura Terra, 1906.

A adopção desta linguagem modernista força a ruptura com as linguagens do passado, apoiando-se nas novas técnicas e materiais industrializados, "… atribui à racionalidade da construção o papel eminente de gramática formal da linguagem…".[18]

Marques da Silva é o arquitecto que se destaca, nesta época, na cidade do Porto. O desenvolvimento da cidade é definido, de certa forma, pela sua obra. Inicialmente adopta uma linguagem mais revivalista clássica, conjugada com materiais industriais como o ferro e o vidro, alterando-a depois com o aparecimento do betão. São de realçar os edifícios na Avenida dos Aliados, o monumento da Guerra Peninsular, os Armazéns Nascimento e os liceus de Alexandre Herculano e de Rodrigues de Freitas.

"A sua obra, num momento de mudança das práticas construtivas, aliou aos valores da tradição beauxartiana as componentes da razão, traduzindo-se em projectos funcionais e adaptados às mecânicas da vida moderna e na defesa de um modo muito próprio de entender a construção da cidade."[19]

[18] FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, Vol. II, Livraria Bertrand, Lisboa, p. 163.

[19] http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Marques_da_Silva

Fig. 33 - Arquitecto Marques da SIlva.

2.5. O Arquitecto Marques da Silva

2.5.1. Vida e Obra

José Marques da Silva nasce no Porto, na Rua Costa Cabral, em 18 de Outubro de 1869. O seu pai, Bernardo Marques da Silva, era um marmorista que, atento aos processos da mecanização e industrialização, se torna um industrial bem sucedido. A sua mãe, Maria Rosa Marques, dedicava-se à família e a um pequeno artesanato doméstico.

José Marques da Silva frequentou a escola primária e secundária no Liceu da Ordem da Trindade, ocupando o seu tempo entre o liceu e a oficina do seu pai. O contacto com os materiais, o trabalho manual e todos os ensinamentos que adquire do seu pai e na oficina vão influenciar o seu percurso futuro. Nas palavras de Marques da Silva: "Comecei por artista de cinzel, continuei como artista do lápis…".

Em 1882 é matriculado na Academia Portuense de Belas-Artes, onde é aluno do arquitecto Silva Sardinha, do escultor Soares do Reis e do Pintor Marques de Oliveira, três professores que haviam estudado em Paris.

Conclui os seus estudos em 1988 e candidata-se a "pensionista de estado em países estrangeiros na classe de arquitectura". Apesar de o seu esboceto ser considerado um bom projecto, Marques da Silva não é seleccionado e, apesar de ter recorrido da decisão, é-lhe negado o estatuto de pensionista. Apesar de tudo, graças ao apoio financeiro familiar, parte para Paris em 1889.

Paris comemorava nesta altura o Centenário da Tomada da Bastilho e a Exposição Universal. A Galeria das Máquinas de Dutert e a Torre Eiffel eram símbolos emblemáticos de uma nova era tecnológica e, ao mesmo tempo, do início do fim das Beaux-Arts. Apesar de Marques da Silva chegar a Paris nesta fase de declínio das Beaux-Arts, é esta formação estilística e metodológica que viria a constituir a base dos seus conhecimentos, gostos e convicções, ao longo do seu percurso profissional.

Chegado a Paris, Marques da Silva instala-se numa pequena comunidade de artista e frequenta o atelier de Peigney de forma a preparar-se para as provas de admissão à École

Fig. 34 - Galeria das Máquinas, Arq. Dutert, 1887-89.

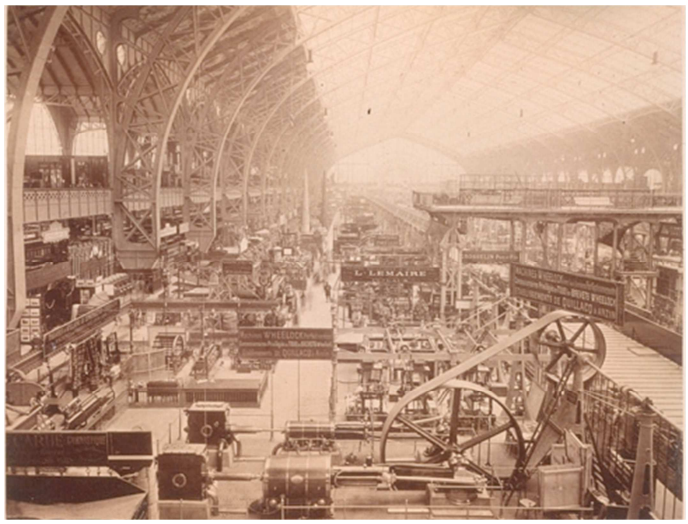


Fig. 35 - Galeria das Máquinas, Arq. Dutert, 1887-89.

Fig. 36 - Torre Eiffel, 1887-89.

des Beaux-Arts. Depois de uma segunda tentativa, é admitido e faz os seus estudos principais no atelier de Laloux. Na Escola de Belas-Artes apenas se davam os cursos teóricos e os temas dos concursos, o ensino da arquitectura em si, era feito fora, em ateliers. "A estrutura do atelier de Laloux era do tipo patriarcal (…) e os alunos hierarquizados em *nouveaux* e *anciens*, a modo das fraternidades, com ritos de passagem (*à la broche*) em espírito de atelier, e ao ritmo Beaux-Arts, aprendendo fazendo."[20] Convive num círculo de amigos de que fazem parte, entre outros, Teixeira Lopes, Ventura Terra, Veloso Salgado e António Nobre.

Em 1893 regressa a Portugal, por cerca de um ano, durante o qual participa no Concurso para o Monumento ao Infante D. Henrique, no Porto.

De volta a Paris, já em 1895, Marques da Silva reúne as condições necessárias para ser admitido ao concurso para o Diploma de Estado: "Cada candidato deveria apresentar um certificado demonstrando que seguiu de uma maneira assídua, pelo menos durante um ano, trabalhos de construção, quer sob a direcção de um engenheiro do estado, quer de um arquitecto do Governo, de uma administração pública ou privada, ou, então, a confirmação de que dirigiu pessoalmente trabalhos." [21]

Marques da Silva candidata-se com o projecto de uma Gare para a cidade do Porto. O parecer do júri é favorável em relação ao projecto, mas Marques da Silva deverá sujeitar-se novamente ao interrogatório de Física e Química no ano seguinte, visto a sua prestação ter sido considerada insuficiente. Neste espaço de tempo participa, em Portugal, no concurso "A Conclusão dos Jerónimos". Já em Paris, obtendo a nota mínima necessária para aprovação, Marques da Silva conclui os seus estudos e regressa definitivamente a Portugal, diplomado pelo governo francês, estabelecendo-se na cidade do Porto. No entanto, Paris e a cultura francesa vão ser sempre referência importante na sua vida profissional.

O projecto da Estação Central do Porto, juntamente com a direcção dos trabalhos do Palácio da Bolsa e o projecto para a igreja de Cedofeita, são os primeiros trabalhos de

[20] CARDOSO, António, O Arquitecto José Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do País na Primeira Metade do séc. XX, pág. 45.

[21] Idem, pág. 71.

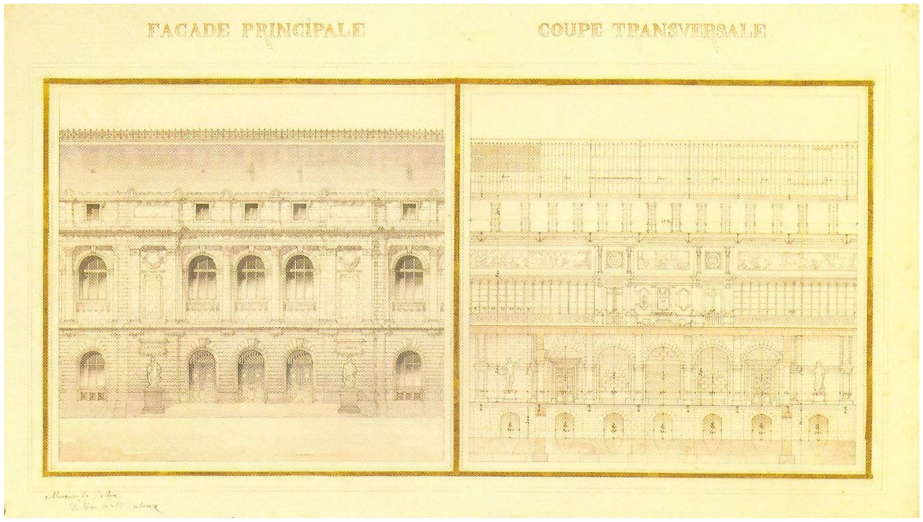


Fig. 37 - Un Palais pour une Faculté des Scienses, Arq. Marques da Silva, 1890.

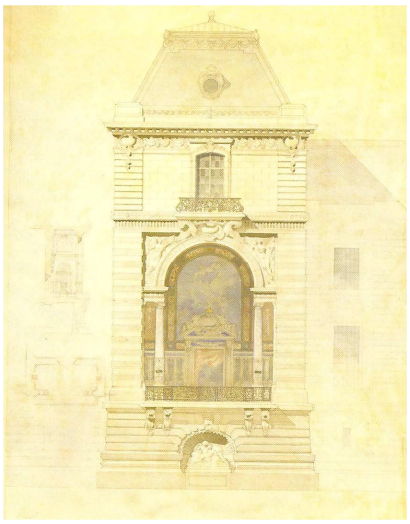


Fig. 38 - Estudo de alçado para edifício, Arq. Marques da Silva, 1893.

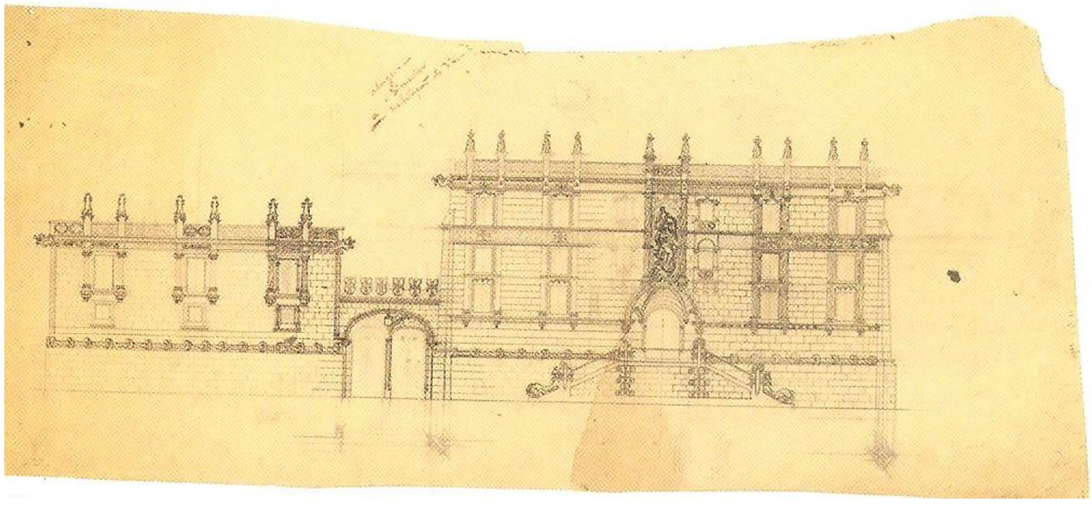


Fig. 39 - Concurso para a conclusão do Mosteiro dos Jerónimos, Arq. Marques da Silva, 1896.

referência do arquitecto. Na primeira década de 1900 destacam-se o Edifício da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, o bairro do Monte Pedral e o Teatro de São João, no Porto; obras que têm um comum um rigoroso sentido académico. Em 1913 é nomeado Director da Escola de Belas Artes do Porto. No ano seguinte projecta os Armazéns Nascimento, uma obra inovadora, que agrega vários estilos e parece querer indicar uma nova fase no trabalho de Marques da Silva. Trata-se de uma nova tipologia na cidade do Porto, caracterizada por um novo sentido estético associado à utilização do ferro e do betão armado. No entanto, outras obras contemporâneas como os edifícios na Avenida dos Aliados da companhia de seguros A Nacional (1919), do Jornal de Notícias (1927) e do Banco Inglês (1922), não demonstram ainda esta linguagem, revelando mais um gosto burguês.

A década de 20 traz grandes alterações à linguagem da obra de Marques da Silva. A visita à Exposição Internacional de Paris (1925) leva ao primeiro contacto com o movimento moderno, através de Le Corbusier e Perret. O trabalho do arquitecto na Casa de Serralves é espelho desta nova linguagem. Este projecto afasta-se das suas primeiras obras, tendendo para uma simplificação formal dos elementos arquitectónicos, afastando-se do léxico das Beaux-Arts e aproximando-se daquilo que viria a ser o modernismo em Portugal.

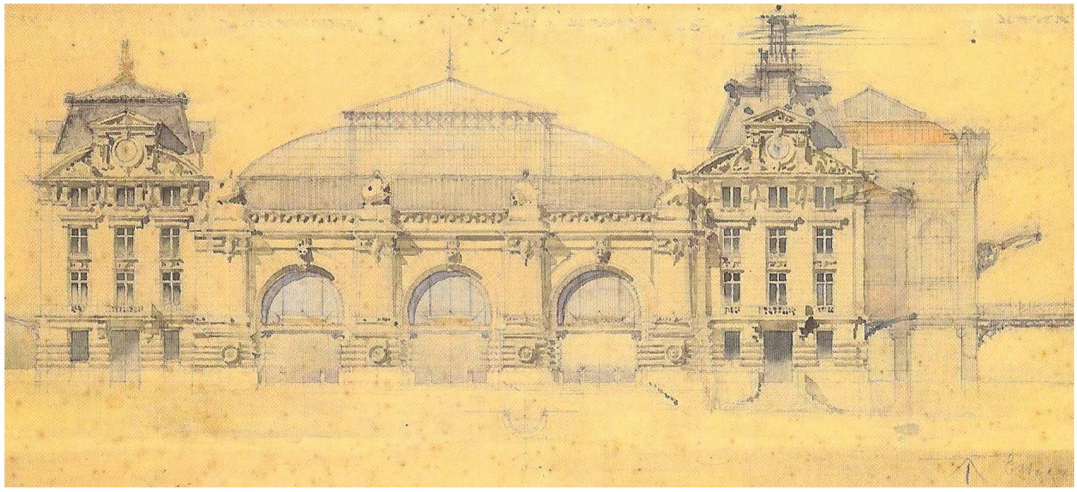


Fig. 40 - Estudo para a fachada principal da Estação de S. Bento, Arq. Marques da Silva, 1896

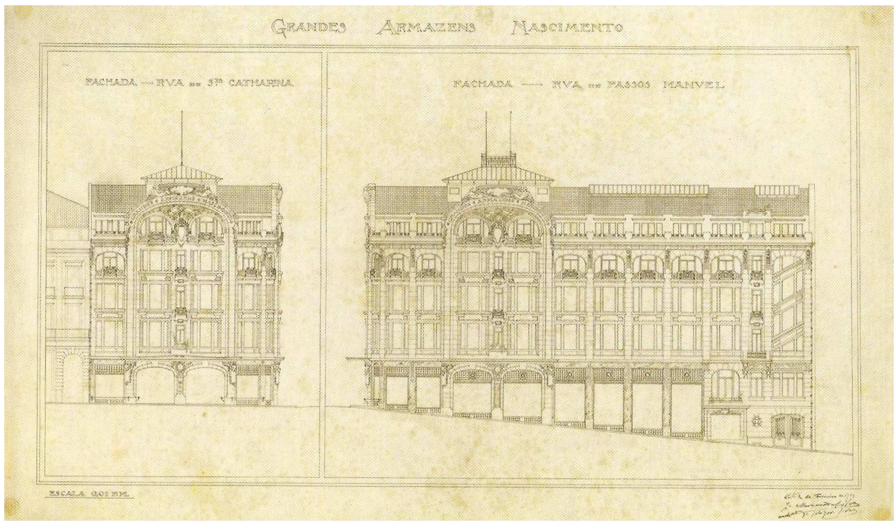


Fig. 41 - Armazéns Nascimento, Arq. Marques da Silva, 1914.

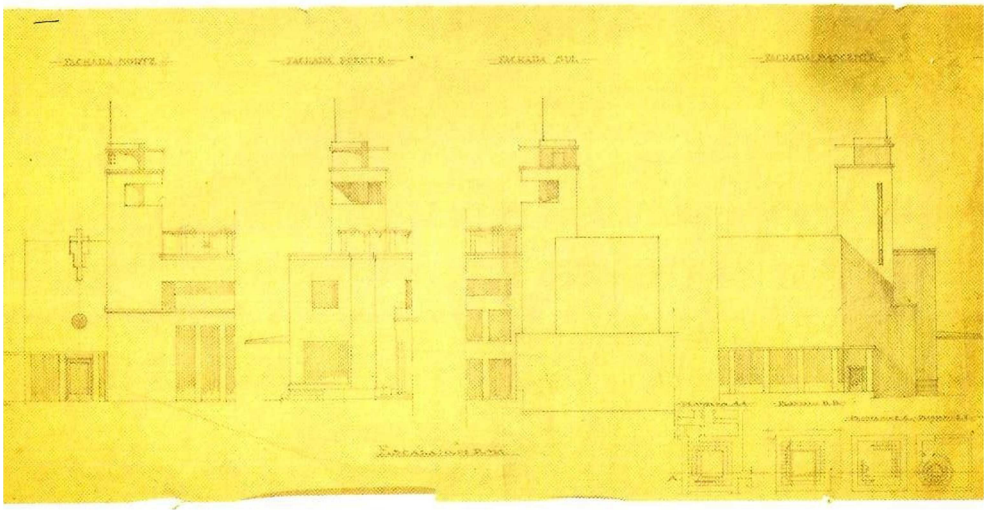


Fig. 42 - Casa na Quinta de Serralves , Arq. Marques da Silva, 1931.

2.5.2. Biografia[22]

1969 – Nascimento no Porto, em 18 de Outubro

1882 – Matrícula na Academia Portuense de Belas Artes

1887 – Prémio Soares dos Reis

1889 – Chegada a Paris

1890 – Admissão à *École Nationale et Spéciale des Beaux-Arts*, Paris

1893 – Participação no concurso Monumento a Afonso Albuquerque, Lisboa

1894 - Participação no concurso Monumento ao Infante D. Henrique, Porto

1895 – Expositor do Salon de 1985, Paris

1896 – Participação no concurso Conclusão das Obras do Mosteiro dos Jerónimos

1896 – Obtenção do título de Arquitecto pelo Governo Francês (*Project rendu d'une gare centrale*)

1899 – Arquitecto do Palácio da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães

1899 – Bairro Social de *O Comércio do Porto*, Monte Pedral, Porto

1899 – Igreja de Cedofeita, Porto

1908 – Medalha de prata na Exposição Universal de Paris

1900 – Professor do Instituto Industrial e Comercial do Porto

1902 – Académico de Mérito Artístico da Academia Portuense de Belas Artes

1902 – Arquitecto da Associação Comercial do Porto

1902 – Moradia Ramos Pinto, Granja

1902 – Concurso Igreja Paroquial de Espinho

1903 – Académico de Mérito da Academia Real de Belas Artes de Lisboa

1904 – Arquitecto da Câmara Municipal do Porto

1904 – Moradias Joaquim Soares da Silva Moreira, Poro

1905 – Projecto do Novo Mercado do Anjo, Porto

1906 – Moradia de Artur Pinto Nunes, Porto

1907 – Grau de Oficial da Ordem de S. Tiago de Mérito Científico Literário e Artístico

1908 – Viagem a Paris

1908 – Projecto do Teatro-Circo, Braga

1908 – Medalha de Ouro na Exposição do Rio de Janeiro

1909 – Casa Atelier de José Marques da Silva, Porto

1909 – Teatro de S. João, Porto

1909 – Monumento aos Heróis das Guerras Peninsulares, Porto

[22] Biografia retirada de *Catálogo da exposição J. Marques da Silva Arquitecto 1869 - 1947*, Porto: Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986.

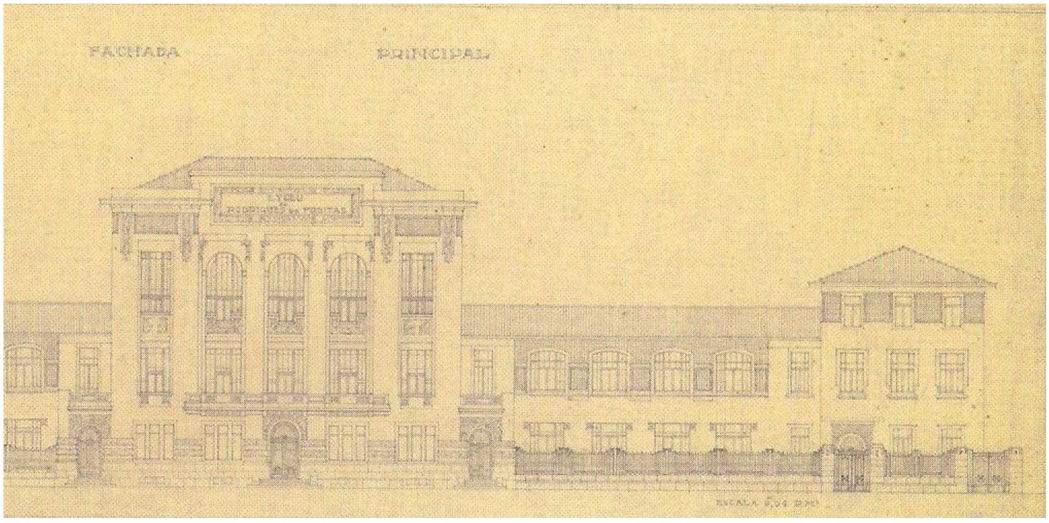


Fig. 43 - Liceu Rodrigues de Freitas, 1918.

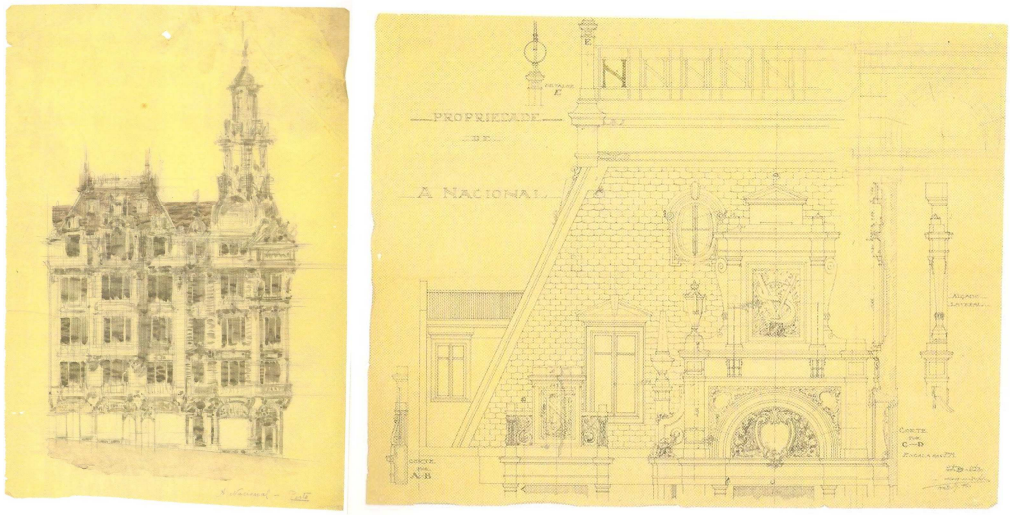


Fig. 44 - Comanhia de Seguros *A Nacional*, 1919.

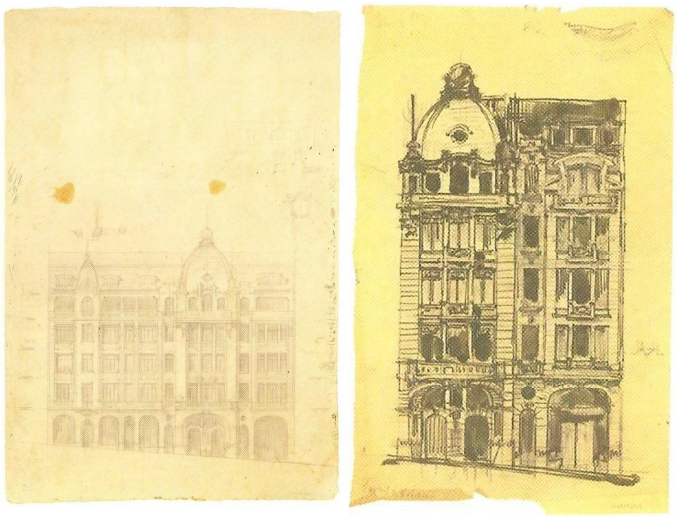


Fig. 45 - Edifício do Jornal de Notícias, 1927.

1911 – Participação no Congresso de Roma

1911 – Jazigo de António Lopes Martins

1913 – Director da Escola de Belas Artes do Porto

1913 – Viagem à Bélgica e à Alemanha

1914 – Grandes Armazéns Nascimento, Porto

1914 – Director e Professor da Escola de Artes Aplicadas, Porto

1914 – Liceu Alexandre Herculano, Porto

1916 – Paços do Concelhos de Guimarães

1916 – Projecto *Teatro Figueirense*, Figueira da Foz

1917 – Projecto *Hospital de Vizela*

1918 – Liceu Rodrigues de Freitas, Porto

1919 – Filial Companhia de Seguros *A Nacional*, Porto

1921 – Projecto para Pavilhão de Exposições, Rio de Janeiro

1923 – Presidente Honorário da Sociedade dos Arquitectos

1925 – Zona VI – Avenida dos Aliados (Jornal de Notícias e outros)

1925 – Viagem a Paris e Londres

1925 – 1º projecto da Casa de Serralves, Conde de Vizela, Porto

1927 – Mercado de Guimarães, Guimarães

1927 – Monumento ao Pintor Marques de Oliveira, Porto

1927 – Moradia Joaquim Ayres de Gouveia Allen, Porto

1928 – Homenagem e descerramento de medalhão na Escola de Belas Artes

1929 – Viagem a Espanha

1930 – Monumento a D. António Barroso, Barcelos

1930 – Santuário Eucarístico da Penha, Guimarães

1931 – Projecto Liceu Infanta D. Maria, Coimbra

1931 – Casa de Serralves, Conde de Vizela, Porto

1931 – Viagem a Paris

1932 – Vogal correspondente da Academia Nacional de Belas Artes

1932 – Membro no Conselho Superior da Sociedade de Belas Artes

1933 – Monumento a João Franco, Guimarães

1934 – Projecto Monumento ao Infante D. Henrique, Sagres

1934 – Projecto de remodelação e ampliação do Palacete Forbes (Escola de Belas artes do Porto)

1939 – Aposentação por limite de idade

1941 – Homenagem do Conselho Escolar da Escola de Belas artes do Porto

1943 – Projecto Lar de Santa Quitéria, Felgueiras

1947 – Falecimento em 6 de Junho

1953 – Homenagem promovida pela Escola Superior de Belas artes do Porto

1953 – Medalha de Ouro da Cidade concedida a título póstumo pela Câmara Municipal do Porto

1964 – Rua Marques da Silva na cidade do Porto

2.6. O Bairro do Monte Pedral

2.6.1. Enquadramento do Bairro

Na segunda metade do século XIX a cidade do Porto entra num lento processo de desenvolvimento industrial, isto leva a que, em busca de trabalho e melhores condições de vida, se dê um grande êxodo rural. A população da cidade cresce vertiginosamente e as condições de habitação tornam-se cada vez mais precárias.

Esta situação insustentável foi agravada pela epidemia de 1899, que dizimou parte da população da zona velha da cidade. Impulsionada por este flagelo, é tomada a primeira iniciativa privada no sentido de resolver a crise da habitação operária. Bento Carqueja, director do jornal O Comércio do Porto, reúne apoios de beneméritos de diversos sectores da sociedade e assim nascem três bairros operários, o primeiro deles, o bairro do Monte Pedral. Todo o processo é muito rápido e ainda no mesmo ano é iniciada a sua construção. Os proprietários de O Comércio do Porto pretendiam que os bairros fossem "dotados com as máximas condições higiénicas e organizados em harmonia com os melhores modelos dessas fundações no que forem adaptáveis no nosso país"[23]. Em 1905 o jornal publica ainda: "Em todos esses tipos [de casas] houve a preocupação de criar habitações acomodadas ao nosso clima e ao nosso meio social, sem se perderem de vista os requisitos a que, segundo as opiniões expressas por higienistas, por sociólogos e por arquitectos, em livros e congressos, devem satisfazer as casas baratas, para realizarem completamente o fim útil e humanitário a que se propõe"[24].

O projecto do Bairro do Monte Pedral foi entregue ao arquitecto Marques da Silva. O terreno destinado à construção situava-se na freguesia de Cedofeita, numa zona de várias

[23] Arquivo Histórico Municipal do Porto, Livro de Documentos Relativos a Termos e Escrituras, 1899, p. 344, *in* Gonçalves, Eliseu, "O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário", *in* Pereira, Virgílio Borges (Coord.), Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006). Relatório Científico Final. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, 2010 [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto], p. 129.

[24] O Comércio do Porto, 29 de Novembro de 1905.

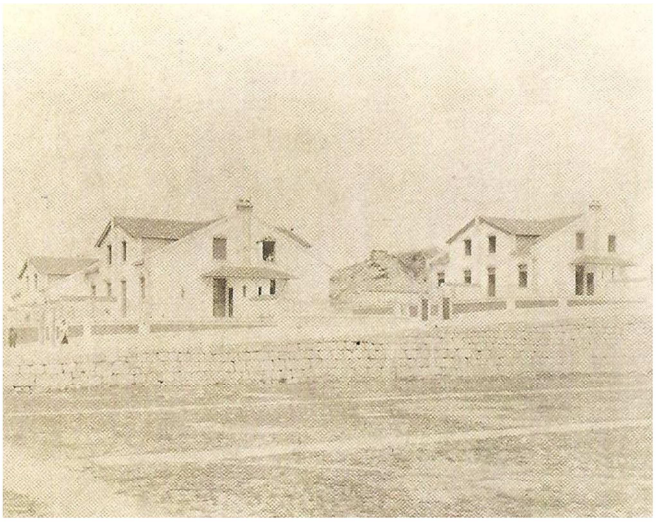


Fig. 46 - Bairro do Monte Pedral, 1905.

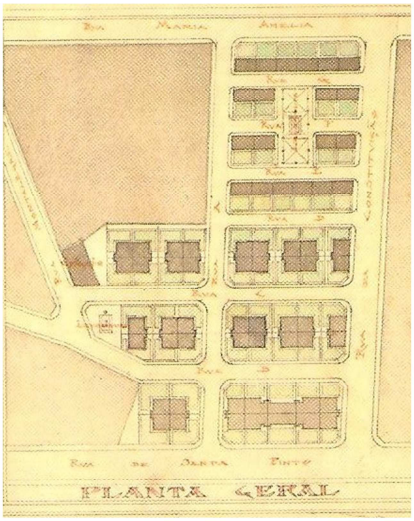


Fig. 47 - Projecto previsto com 68 habitações, 1899.

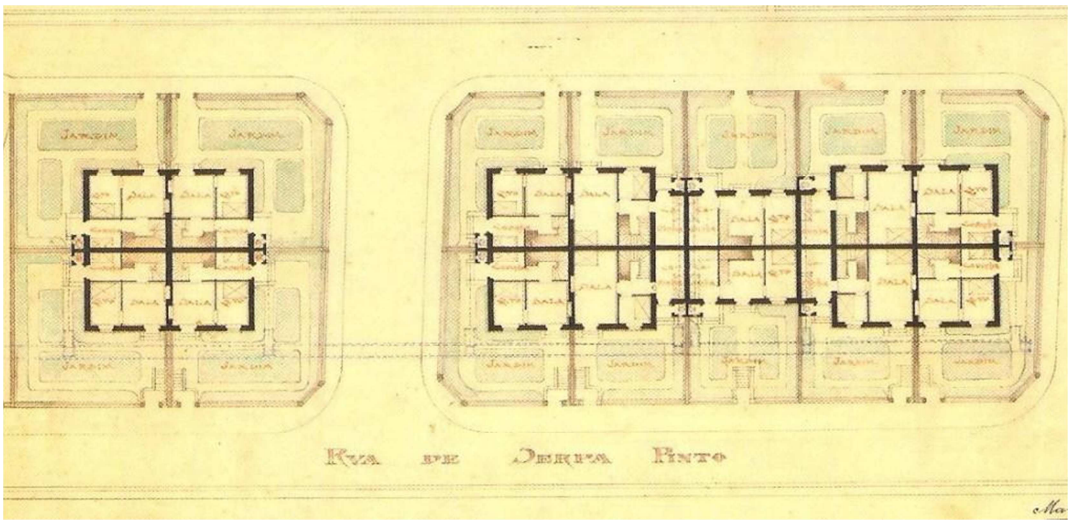


Fig. 48 - Planta do piso térreo da 1ª fase do projecto, 1899.

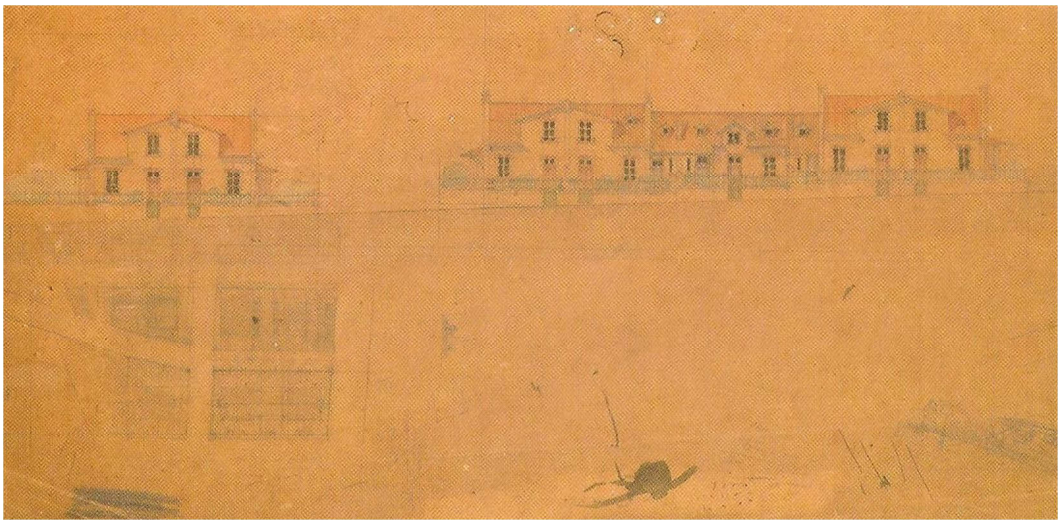


Fig. 49 - Estudo de Alçados para o Bairro do Monte Pedral, 1899.

empresas fabris, com destaque para a Companhia Fabril de Salgueiros (já desaparecida), em lotes cedidos pela Câmara Municipal do Porto. Inicialmente estavam previstas 68 habitações, que se estendiam desde a rua de Serpa Pinto até à rua Maria Amélia, mas apenas 26 foram construídas, em duas fases diferentes. Além dos edifícios de habitação, foi também construído um lavadouro e aberto um poço para uso comunitários dos moradores.

"O poço comum do Bairro Operário é destinado a gozo exclusivo dos moradores dele." [25]

"Os inquilinos ou as suas famílias procurarão revezar-se no gozo do lavadouro. As dúvidas e conflitos, que surgirem a tal respeito, serão resolvidas pelo capataz, com recurso para a comissão administrativa ou para o delegado desta."[26]

Numa primeira fase, em 1899, foram construídas 14 habitações, agrupadas em dois edifícios de 4 e 10 habitações, cujo projecto é da autoria do arquitecto Marques da Silva. A ampliação do bairro para 26 habitações é feita em 1904, por iniciativa da Câmara Municipal do Porto, e com desenho de Marques da Silva[27]. São construídas 12 habitações, divididas por 3 edifícios de 4 habitações cada. Hoje, da primeira fase da construção do bairro, apenas resta o edifício maior, de 10 habitações. Em 1906 o bairro passa a ser administrado pelo Município.

As habitações de ambas as fases são semelhantes volumetricamente e funcionalmente. Na leitura do caderno de encargos para a segunda fase da construção, assinado pelo arquitecto Marques da Silva com a data de 1904, torna-se claro que esta fase do projecto deve tomar sempre a primeira como exemplo a seguir. No artigo 4º do caderno de encargos para a segunda fase de construção lê-se "A construção presente, objecto deste caderno de encargos, obedecerá em tudo o que não seja alterado nestas condições ao que já está feito e construído no bairro operário contíguo…"[28] ou ainda, no artigo 52º, "Todas as cores serão

[25] Instituto Marques da Silva, Regulamento para o Bairro Operário do Monte Pedral, Capítulo VI, Artigo 31º.
[26] Idem, Capítulo VII, Artigo 35ª.
[27] Algumas publicações, como o site www.monumentos.pt, atribuem a autoria da 2ª fase do projecto ao Arq. Tomás Pereira Lopes mas, visto que quer o caderno de encargos, quer os desenhos do projecto para esta fase estão assinados pelo Arq. Marques da Silva, considera-se este como o seu autor.
[28] Silva, Marques da, Caderno de Encargos, Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto.

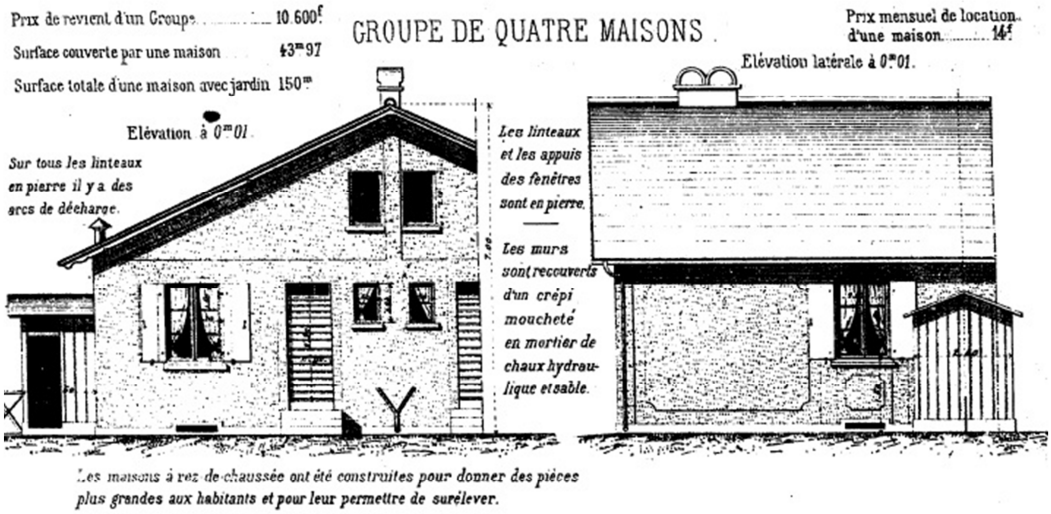


Fig. 50 - Alçados de casa pertencente a um grupo de 4 habitações em Mulhouse, França.

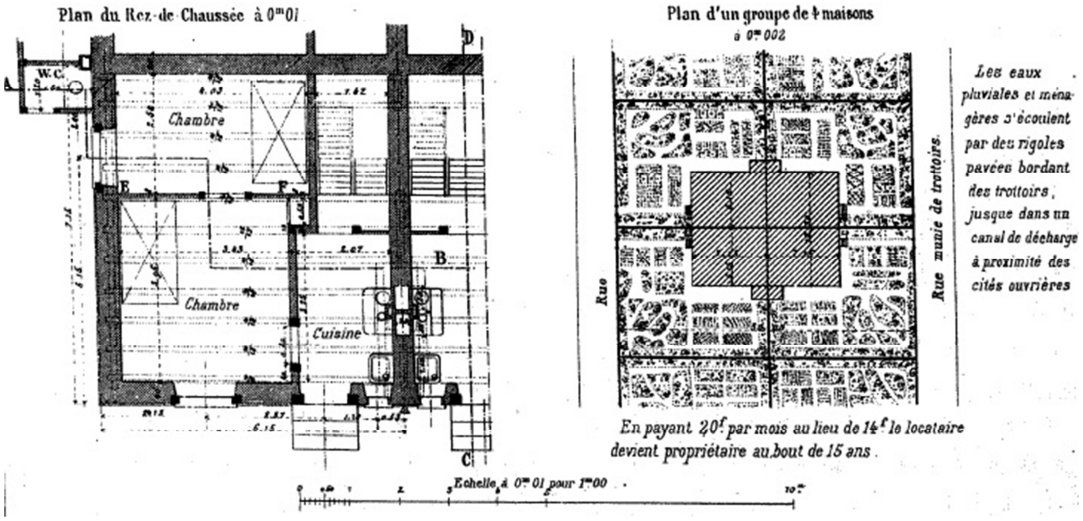


Fig. 51 - Planta do rés-do-chão e esquema do conjunto das 4 habitações.

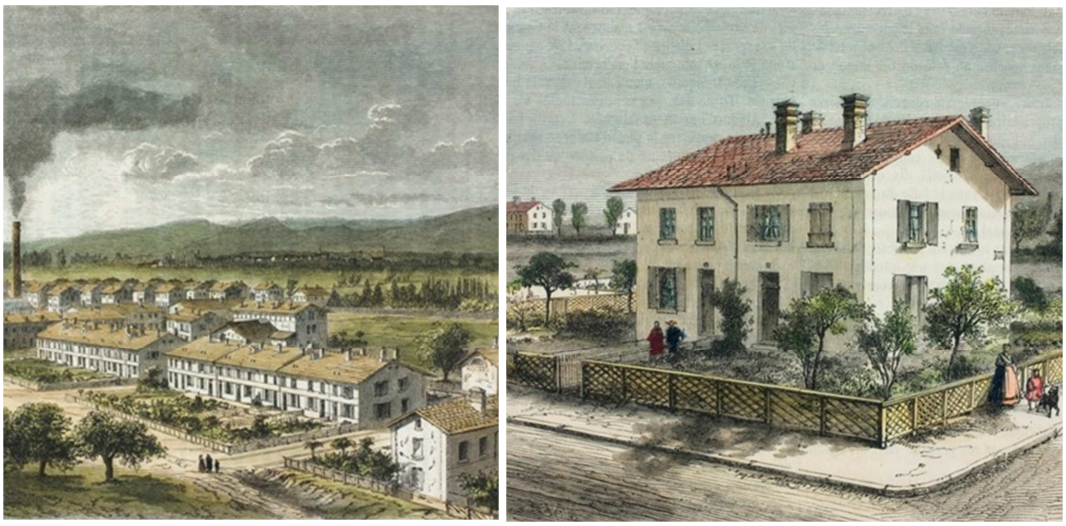


Fig. 52 - Cidade operária de Mulhouse, desenho de Lancelot.

lizas e os tons combinados de acordo com a fiscalização dos trabalhos. Seguir-se-á o que já está feito no bairro contíguo"[29], sendo esta última frase recorrente ao longo do documento.

Este projecto de Marques da Silva terá sido "inspirado em experiências francesas na construção de habitação para operários"[30] ao desenhar um tipo de "casa-jardim". De facto, o problema da habitação operária era comum em muitos países e já tinham sido propostas diversas soluções. Algumas dessas soluções são apresentadas no livro "Les habitations ouvrières en tous pays: situation en 1878. Avenir", publicado em 1879, da autoria de Émile Muller e Émile Cacheux. É provável que Marques de Silva tenha estado em contacto com esta obra, não só pela sua recente estadia em Paris, onde fez os seus estudos superiores e obteve o título de Arquitecto em 1896, mas porque o livro teve também alguma difusão em Portugal.

Trata-se de um levantamento de habitações operárias por todo o mundo, com explicações sobre as características técnicas da construção. Encontram-se claras semelhanças entre o bairro do Monte Pedral e alguns dos exemplos descritos nesta obra, em particular com as habitações operárias em Mulhouse, quer ao nível das plantas, quer ao nível das fachadas. Nas imagens ao lado são visíveis conjuntos de 4 casas unifamiliares agrupadas, com logradouro individual e escadarias no centro do conjunto, tal como acontece no bairro do Monte Pedral. Percebe-se ainda a existência de uma casa de banho exterior ao nível do rés-do-chão. Considerando que o projecto deste bairro rompe com aquilo que era a arquitectura tradicional desta época, no Porto, e em Portugal, torna-se pouco discutível que o arquitecto tenha tido contacto com estas experiências francesas.

Estas habitações tornam então realidade uma nova filosofia, fruto de uma reflexão sobre as condições de vida da classe operária. São pensadas com o intuito de pôr um fim às ilhas e às suas deploráveis condições. Assim, cada família tinha uma casa com quintal, que permitia, através do cultivo do terreno, ajudar à sua subsistência. De certa forma, era trazido um pouco do campo, e da qualidade de vida associada a ele, para a cidade. Este conceito encontra paralelo no conceito das "cidades-jardim" inglesas, em voga nesta época, criado

[29] Idem.
[30] CMP, Habitação Social no Porto – Habitação Social até aos anos 60, Porto: CMP – Pelouro de Habitação, Acção Social e Protecção Civil, 1999.

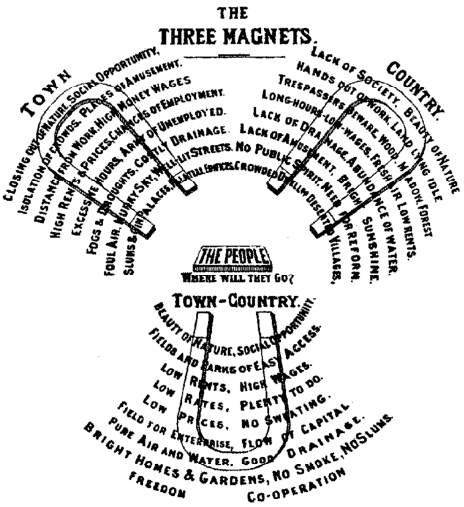


Fig. 53 - Os três imans, E. Howard .

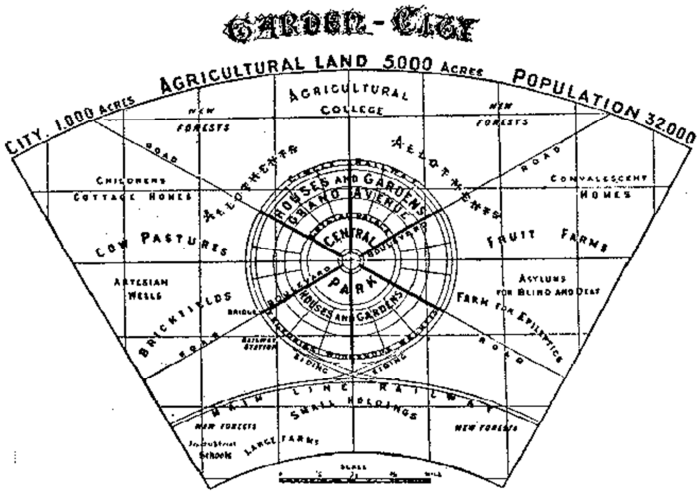


Fig. 54 - A cidade-jardim - esquema geral, E. Howard.

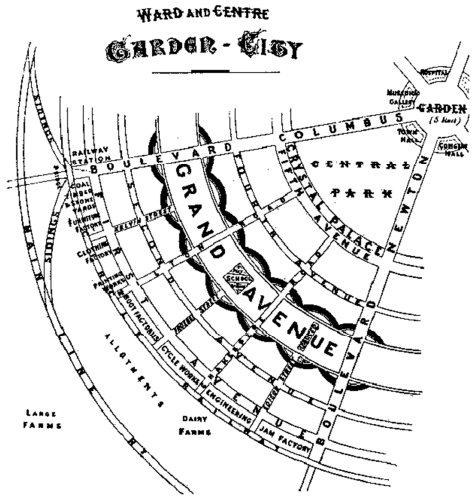


Fig. 55 - A cidade-jardim - detalhe, E. Howard.

por Ebenezer Howard e apresentado na sua obra "Garden Cities of Tomorrow", publicada em 1898.

Howard defendia que através de uma articulação das características positivas do campo e da cidade, se conseguiriam as condições ideais de vida. Considera que existem três ímans, "The three magnets: Town, Country and Town-Country", mas "…neither the Town magnet nor the Country magnet represents the full plan and purpose of nature. Human society and the beauty of nature are meant to be enjoyed together."[31]

A cidade caracterizava-se, segundo Howard, por: "exclusão da natureza; oportunidade social; isolamento das massas; lugares de diversão; distância do lugar de trabalho; oportunidades de emprego; rendas elevadas; desemprego; poluição ambiental; emaranhado das ruas"[32].

O campo, por sua vez, era um ponto de: "ausência de sociedade; beleza natural; braços sem trabalho; campos não cultivados; preservação da floresta; longa jornada de trabalho/baixo salário; falta de diversões; água abundante/ar puro; falta de espírito público; necessidade de mudanças; vilas abandonadas"[33].

A cidade-jardim resolve os problemas que cada um dos "ímans" anteriores, caracterizada por: "beleza natural; oportunidade social; campos e áreas de fácil acesso; rendas baixas; salários elevados; muito que fazer; preços baixos; água e ar puros (salubridade); moradias agradáveis, sem poluição nem bairros de lata; cooperação."[34]

"As "cidade-jardim" são concebidas como cidades planeadas, com equilibradas comunidades de residentes, rodeadas de cinturas verdes e albergando áreas habitacionais, de indústria e agricultura devidamente articuladas."[35] Estas cidades são organizadas segundo uma estrutura radial; no centro situam-se os órgãos públicos e de lazer, e uma zona verde, depois, a área residencial, atravessada apor uma grande avenida e, finalmente, a indústria é localizada na periferia, ao longo da linha férrea, de forma a facilitar o escoamento da

[31] https://woc.uc.pt/feuc/getFile.do?tipo=2&d=9646, p. 3.
[32] Idem, p. 5.
[33] Idem, p. 5.
[34] Idem, p. 5.
[35] Idem, p. 2.

Fig. 56 - Quintal de uma casa no Bairro do Monte Pedral.

Fig. 57 - Quintal de uma casa no Bairro do Monte Pedral.

Fig. 58 - Quintal de uma casa no Bairro do Monte Pedral.

produção. Apresentam uma política para a manutenção do equilíbrio social, planeando não só as formas, mas também as funções, os meios financeiros e administrativos.

Claro que este conceito, aqui, é aplicado em grande escala; as cidade-jardim seriam construídas de raiz. O projecto neste momento em estudo refere-se a uma pequena parcela de cidade. Mas a sua tentativa de trazer um pouco do campo, para a cidade, vai de encontro à proposta de Howard, no sentido de melhorar as condições de vida da classe operária.

Apesar do mérito desta iniciativa, a sua dimensão tornou-a pouco relevante no universo do problema da habitação operária, ainda mais considerando que a renda imposta não permitia o seu acesso por parte do operário médio, "em virtude de lá serem apenas admitidos empregados, mestres de fábricas e outros que pela sua posição especial poderiam sem sacrifício pagar maior aluguer."[36] Como assumido nas páginas do próprio jornal, O Comércio do Porto, "os bairros não foram feitos para abrigar operários indigentes; foram construídos para recolher os mais hábeis, mais assíduos e mais morigerados operários, antes como prémio aos seus méritos do que como auxílio às suas condições de existência".[37]

No entanto, "o gesto tem um significado e uma incidência municipal, pois permite uma primeira reflexão sobre a higiene das habitações, a intervenção da Municipalidade na aprovação de projectos, que não deverá limitar-se às condições estéticas e à segurança das construções, mas deve abranger, ainda, a disposição interior dos edifícios, sob o ponto de vista da higiene das habitações, nomeadamente as habitações operárias, desprovidas de qualquer legislação…"[38]

[36] CARDOSO, António, O Arquitecto Marques da Silva e a arquitecto no Norte do País na primeira metade do século XX, p. 121.
[37] O Comércio do Porto, 13 de Dezembro de 1903.
[38] CARDOSO, António, Op. Cit., p. 119.

Fig. 59 - Vista aérea do conjunto.

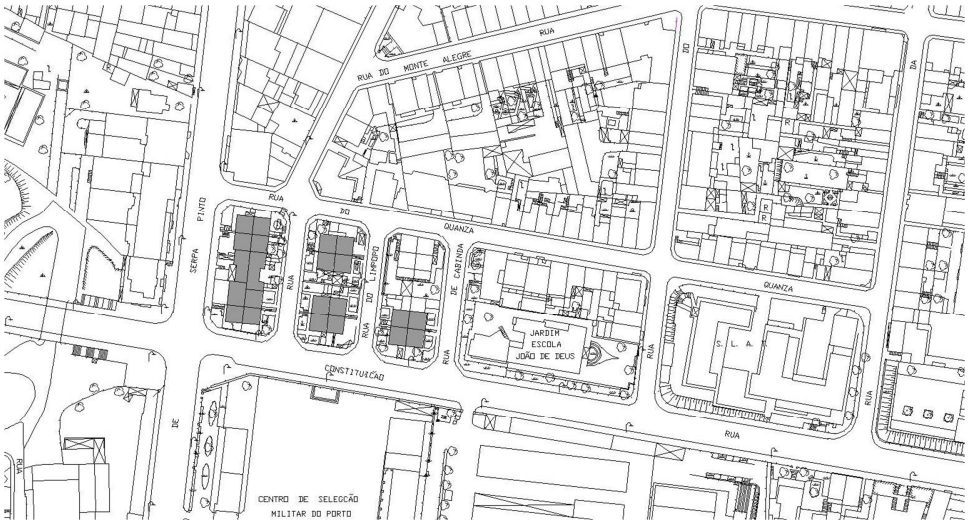


Fig. 60 - Planta do conjunto.

2.6.2. Caracterização do Bairro e dos seus edifícios

O Bairro do Monte Pedral foi construído numa zona em expansão da cidade nos finais do século XIX, na freguesia de Cedofeita. É constituído por três quarteirões, delimitados a sul pela rua da Constituição, a oeste pela rua de Serpa Pinto e a norte pela rua do Quanza.

"… tem uma matriz cuja substância coincide em tudo com uma inventiva tipo-morfológica baseada numa unidade mínima elaborada e repetida por simetria (simples ou dupla) que permitiu criar uma imagem, diríamos palaciana, de escala urbana grandiosa de cariz rural. (…) são soluções extensivas de baixa densidade em território periférico esquecido do interesse imobiliário; baseiam-se numa arquitectura romântica que introduz no urbano industrial o elemento pastoral."[39]

Procurando criar uma alternativa à habitação operária existente na época e a todos os seus problemas de higiene e salubridade, este projecto traz alguns aspectos inovadores, especialmente no que se refere à existência de casas de banho em todas as habitações e o sistema canalizado de água e saneamento.

Condição 23ª do caderno de encargos: "Os canos de esgoto ficarão na profundidade que ao empreiteiro for determinado e com a inclinação compatível com a das ruas e ligação com o aqueduto construído."; condição 55ª: "Far-se-á a canalização necessária ao funcionamento completo de todas as retretes e à evacuação das bancas da cozinha. "; condição 58ª: "Da canalização da Companhia das Águas do Porto será feita uma tomada suficiente a alimentar em cada retrete um ramo de canalização vertical de 0,04m de diâmetro interior, com torneira de passagem, a fim de provocar no aparelho descargas violentas em tempo periódico. "[40]

O conjunto habitacional está organizado em quarteirões rectangulares e é composto, actualmente, por 22 habitações unifamiliares de dois pisos, com logradouro. Como referido

[39] Gonçalves, Eliseu, "O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário", *in* Pereira, Virgílio Borges (Coord.), Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006). Relatório Científico Final. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, 2010 [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto], p. 130.
[40] Silva, Marques da, Caderno de Encargos, Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Fig. 61 - Fachada principal.

Fig. 62 - Entrada.

Fig. 63 - Casa de banho anexa ao alçado lateral.

anteriormente, a construção deste bairro dividiu-se em duas fases, a primeira em 1899 e a segunda em 1904, as duas com características muito semelhantes.

Em relação ao sistema construtivo, é utilizado o tradicional das casas burguesas do Porto entre o século XVII e XIX, ou seja, um sistema autoportante de paredes de fachada e meação em alvenaria de pedra. Conforme se pode ler na condição 17ª, no caderno de encargos para a obra: "As paredes de fachada terão a espessura de 0,45m depois de guarnecida e serão feitas de alvenaria argamassada no traço de 1:2/2. Haverá o maior esmero na construção d'estas paredes tanto no assento e qualidade da pedra…"[41] As sapatas de fundação são em pedra e na continuação das paredes de meação. Os edifícios apresentam volumes diferenciados e telhados de múltiplas águas rematados por cornijas. Os alçados são rebocados e pintados de cores variadas que individualizam as habitações e o embasamento está diferenciado por uma bordadura saliente.

Apesar destas semelhanças, muitas diferenças foram introduzidas em relação à construção tradicional da época. Construídas com um programa específico, a fachada das habitações é lida como um todo, deixando de haver diferenciação entre um piso térreo para comércio, ou uma hierarquização vertical pela altura dos pés direitos. Uma outra diferença está também ao nível dos alçados que, ao contrário dos alçados principal e de tardoz opostos habituais, passam a dois alçados contíguos, um principal e um lateral. Pelo alçado principal é feito o acesso à habitação, e o alçado lateral funciona mais como um alçado de serviço, onde se encontra um alpendre com telheiro, por onde se faz o acesso à cozinha e à casa de banho exterior, que funciona como um pequeno volume anexo ao edifício principal. O caso das habitações 2, 3, 4, 7, 8 e 9 é diferente, visto que se encontram numa posição central em relação ao edifício maior. Estas funcionam com apenas um alçado exterior, por onde é feito o acesso principal, e onde existe o alpendre e acesso à cozinha e casa de banho, à semelhança do que acontece nos alçados laterais das restantes habitações. Todas as habitações possuem um logradouro delimitado por um muro de betão e gradeamento em ferro com um portão de acesso.

[41] SILVA, Marques da, Caderno de Encargos, Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto.

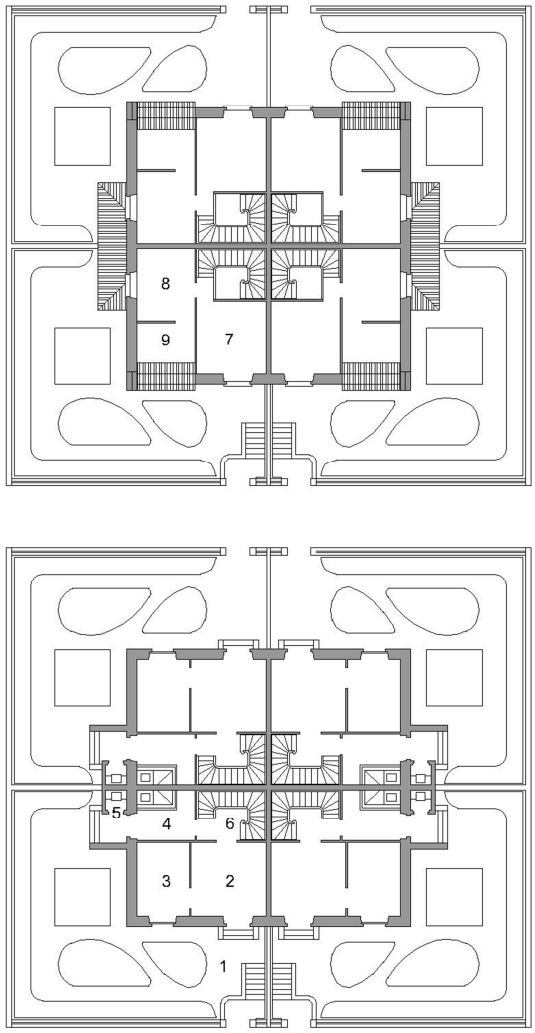


Fig. 64 - Planta tipo: 1º piso e rés-do-chão.

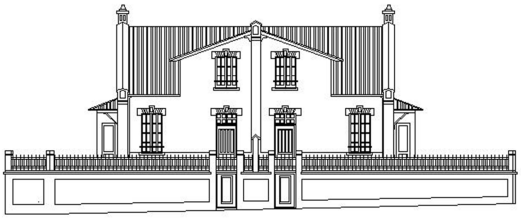


Fig. 65 – Alçado lateral.

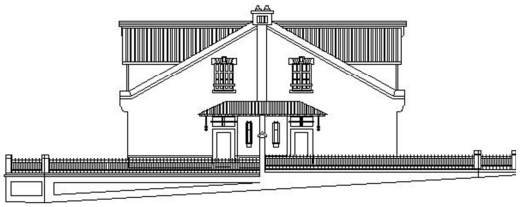


Fig. 66 - Alçado principal.

Interior

Ao nível das plantas, as habitações funcionam em três níveis: rés-do-chão, primeiro piso e cave, apenas na primeira fase do projecto. No rés-do-chão situam-se a cozinha, com porta directa para o exterior, a casa de banho (exterior), a sala, por onde é feita a entrada principal, um quarto, com uma janela para o exterior, e as escadas de acesso aos restantes pisos com iluminação zenital através de uma clarabóia; no primeiro piso encontram-se dois quartos, cada um com uma abertura num dos alçados e um espaço de arrumos/ sótão com duas pequenas aberturas na cobertura; a cave, conforme referido, apenas surge na primeira fase, onde se localizam uma casa de banho e um quarto para arrumos, na segunda fase, não está prevista uma cave, mas apenas um espaço de ventilação do soalho.

As paredes interiores são de tabique simples: "Os tabiques serão todos singelos em tábuas bem ligadas umas às outras, às adufas e ao enxameis que são de pinho. Serão fixos às paredes por ferros e fasquiados de ambos os lados." [42]. Tanto as paredes como os tectos são estucados com cal e gesso, sendo que as cozinhas e casas de banho são revestidas com azulejos. Todas as caixilharias, assim como o soalho são de madeira, com a excepção das cozinhas e casas de banho: "Os pavimentos das cozinhas e caixa das escadas no rés-do-chão levam betonilha. Igualmente as retretes e patamar exterior." [43]

Fachada

Tanto na fachada principal como na lateral se lêem claramente os dois pisos. A fachada principal tem 3 aberturas para o exterior: a porta de entrada e a janela do quarto ao nível do rés-do-chão e, ao nível do primeiro andar, a janela de um quarto e uma pequena abertura na cobertura do segundo quarto.

Na fachada lateral existe a porta de acesso à cozinha e uma pequena janela da casa de banho, ao nível do rés-do-chão e, no primeiro andar, a janela do segundo quarto. Os vãos são rectilíneos, destacados por uma moldura, com frisos mais largos na parte inferior e superior: "Serão deixadas na pedra as saliências das molduras que devem ser corridas a

[42] SILVA, Marques, Caderno de Encargos para o Bairro do Monte Pedral, Arquivo Municipal da Casa do Infante, D-CMP/17 (7), condição 33ª.
[43] Idem, condição 49ª.

Fig. 67 - Detalhe da cobertura.

Fig. 68 - Detalhe das padieiras.

Fig. 69 - Detalhe dos gradeamentos.

argamassa de cimento." [44] As padieiras são originalmente em tijolo, mas, no caderno de encargos para a segunda fase, Marques de Silva indica: "As padieiras de tijolo poderão ser substituídas por iguais de pedra nas quais se fingirá com perfeição o tijolo e suas juntas." [45] As caixilharias são todas em madeira, e as janelas e portas exteriores possuem uma bandeira envidraçada. Os cunhais são arredondados e salientes na parte superior, junto ao remate da cobertura e esta é revestida com telha marselha.

[44] Idem, condição 20ª.
[45] Idem, condição 18ª.

3. Diagnóstico

3.1. Levantamento das Alterações ao Projecto Inicial

Feita uma análise da situação actual, concluiu-se que a nível urbano a situação mantém-se com características semelhantes, no entanto, ao nível do edificado são visíveis inúmeras modificações.

Foi feita um levantamento exterior de cada habitação, bem como interior, quando os moradores assim o permitiram. Com base nestas análises, foi possível caracterizar cada habitação, cuja informação se encontra sintetizada na tabela apresentada à frente.

Para a análise exterior do edificado foram tidos em conta os seguintes parâmetros: volumetria, fachadas, muros, vãos, caixilharias e cobertura.

De uma forma geral a volumetria original mantém-se, mas com o acrescento de volumes. As habitações 2 e 10 são aquelas em que a volumetria original ficou mais comprometida. A alteração mais comum nas habitações em geral é a apropriação do logradouro com a construção de novos volumes com utilizações variadas. Estes anexos estão normalmente associados à fachada lateral, funcionando como uma extensão do espaço interior da habitação, ou como garagem. Na maioria dos casos são volumes de um só piso, no entanto, surgem também com dois pisos fazendo a extensão quer do rés-do-chão, quer do 1º andar da habitação. Foi verificada também a existência de pequenos anexos independentes à casa com a função de lavandaria, por exemplo.

As maiores alterações encontram-se nas habitações que fazem frente para a rua de Serpa Pinto. Visto esta ser uma via de maior importância e com bastante trânsito não só automóvel, mas também pedonal, e, tirando partido da diferença de cota da rua com a cota do rés-do-chão, a cave existente foi prolongada até ao limite do lote, conseguindo assim uma frente para a rua, e sendo esse espaço aproveitado para comércio. Mesmo nestes casos, a fachada principal das habitações encontra-se relativamente fiel à original, com a excepção de uma das habitações.

Os muros também foram sujeitos a alterações, mas, de um modo geral, mantém a altura original. A maior alteração encontra-se ao nível do gradeamento e da entrada. Numa tentativa de conseguir maior privacidade, e também por motivos de segurança, os

Fig. 70 - Planta do Bairro do Monte Pedral com representação dos anexos construídos.

Fig. 71 - Gradeamentos alterados.

		Exterior									Interior					Considerações finais	
		Volumetria - Constr. anexas			Fachada		Vãos		Cobertura				Pavimento	Paredes	Tectos	Estado de	Conserv. Proj.
Casa	Fase	N. térreo	1º piso	Alpendres	Muro	Materiais	Desenho	Materiais	Sist. Construtivo	Materiais	Tipologia	Cave	Soalho	Pedra/tabique	reboco	conservação	original
1	1ª	=	=	+	=	=	+	+	=	=	-	=	-	=	=	Bom	Pouco alterado
2	1ª	+	+	=	+	+	+	+	+	+	-	+	-	-	-	Bom	Muito alterado
3	1ª	+	±	+	+	+	+	+	=	=	+	+	=	=	=	Mau	Muito alterado
4	1ª	±	=	=	+	±	+	+	+	+	+	+	+	+	+	Bom	Muito alterado
5	1ª	+	=	=	=	±	+	+	=	=	-	=	-	-	-	Médio	Pouco alterado
6	1ª	+	=	+	±	±	+	+	=	=	+	=	+	±	±	Bom	Pouco alterado
7	1ª	+	=	=	=	=	+	+	=	=	-	-	-	-	-	Bom	Pouco alterado
8	1ª	+	=	=	+	=	+	+	=	=	-	-	-	-	-	Mau	Pouco alterado
9	1ª	+	=	=	+	+	+	+	=	=	-	-	-	-	-	Bom	Médio alterado
10	1ª	+	+	=	+	=	+	+	+	+	+	+	-	-	-	Bom	Muito alterado
11	2ª	+	=	=	=	=	+	+	=	=	±	=	±	=	±	Bom	Pouco alterado
12	2ª	+	=	=	+	=	+	+	±	±	-	-	-	-	-	Bom	Médio alterado
13	2ª	+	=	+	=	=	+	+	=	=	-	-	-	-	-	Bom	Pouco alterado
14	2ª	+	=	=	+	=	+	+	=	=	-	+	-	-	-	Bom	Médio alterado
15	2ª	+	=	+	±	=	+	+	=	=	±	=	+	±	±	Bom	Médio alterado
16	2ª	+	=	=	+	+	+	=	=	=	+	±	±	±	+	Bom	Médio alterado
17	2ª	+	=	=	±	=	+	+	=	=	-	-	-	-	-	Bom	Pouco alterado
18	2ª	+	±	+	+	+	+	+	=	=	-	-	-	-	-	Bom	Muito alterado
19	2ª	+	=	=	=	=	+	+	=	=	±	=	±	±	=	Bom	Pouco alterado
20	2ª	+	=	=	+	±	+	+	=	±	+	+	±	±	±	Bom	Muito alterado
21	2ª	+	=	=	+	+	+	+	=	=	-	-	-	-	-	Bom	Médio alterado
22	2ª	+	±	=	=	±	+	+	=	=	-	-	-	-	-	Bom	Médio alterado

=	Mantém	+	Não mantém	±	Algumas alterações	-	Sem informação

Tabela síntese da alterações ao Bairro do Monte Pedral.

Fig. 72 - Exemplos da volumetria alterada.

Fig. 73 - Exemplos de anexos.

Fig. 74 - Habitações voltadas para a rua de Serpa Pinto alteradas para comércio.

moradores sentiram a necessidade de resguardar mais o logradouro. O gradeamento original foi em muitos casos revestido e noutros totalmente substituído. É de salientar, no entanto, e na maioria dos casos, a preocupação em manter o carácter original quer dos muros, quer do gradeamento, apesar das alterações efectuadas. A outra situação de alterações aos muros, é a abertura de entradas de garagem, ou, o alargamento da entrada já existente para que um carro possa passar. Em muitos casos foi construída uma garagem anexa à habitação que vai até ao extremo do lote e, nesse caso, existe uma entrada de garagem à face da rua. Verificou-se também casos em que a entrada pré-existente foi alargada para que o carro possa ser estacionado no logradouro. No caso de algumas das habitações viradas a oeste, a diferença de cotas foi aproveitada para a construção de garagens à face da rua, tal como nas habitações que fazem frente para a rua de Serpa Pinto foi construído comércio.

Em relação aos vãos, os originais mantém-se sem grandes alterações. As alterações que se verificaram foram nos casos em que foram acrescentadas caixas de estore diminuindo a sua altura. Noutros casos foram acrescentadas portadas exteriores.

As caixilharias foram, na grande maioria dos casos substituídas, quase sempre por caixilharias de alumínio. Embora o sistema de abrir seja em geral o mesmo, o desenho das caixilharias originais em madeira não foi mantido.

As coberturas, de uma forma geral, mantém as características e sistema construtivo originais, estrutura de madeira e revestimento a telha marselha. Em alguns casos a cornija, tal como o remate da fachada lateral foram refeitos ou revestidos a argamassa de betão.

Na análise do interior das habitações foram tidos em conta a tipologia, a escada, a cave, o pavimento, as paredes e os tectos.

A tipologia foi, na maior parte dos casos, alterada, na medida em que o quarto previsto no rés-do-chão deixou de existir. Originalmente o projecto previa a existência de uma sala, um quarto e uma cozinha no rés-do-chão mas, em grande parte das habitações, a área desse quarto passa a funcionar como área da sala. O piso térreo foi ainda muito alterado devido à construção de anexos, com volumes, áreas e funções variados. Estes funcionam muitas vezes como uma extensão do espaço da sala, como área de cozinha, arrumos ou garagem.

Fig. 75 - Introdução de portas de garagem.

Fig. 76 - Detalhes da cobertura.

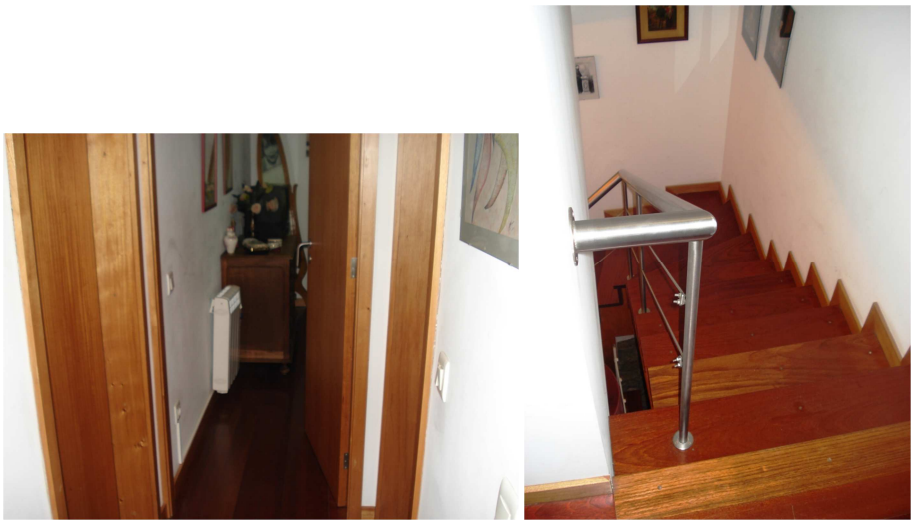


Fig. 77 - Casa de banho no piso superior e acesso.

No piso superior, onde estavam previstos dois quartos e espaço de arrumos, as alterações efectuadas são menores. Mantém-se a existência dos dois quartos, mas, em alguns casos, é demolida a parede do quarto de arrumos de forma a aumentar a área do quarto adjacente. Também se verificou, por vezes, a existência de uma casa de banho neste piso, ocupando uma parte da área do quarto e cobrindo uma parte da caixa de escadas.

A existência de uma cave apenas está contemplada na 1ª fase do projecto, no entanto também se encontram alguns casos na 2ª fase, que previa apenas um espaço de arejamento entre o pavimento do piso térreo e o solo. Como já referido, em particular nas habitações voltadas a Oeste, a diferença de cotas entre a rua e o piso térreo das habitações, levou a que, em vários casos, as caves fossem prolongadas até ao limite da rua, permitindo a sua ocupação com garagens ou, nas habitações voltadas para a rua de Serpa Pinto, com comércio. Nas habitações voltadas a Este, e embora não prevista a existência de uma cave, estas também surgem. Por exemplo na casa 16, a moradora refere que existia um alçapão para um espaço de cave, no entanto, depois de obras de recuperação, optou por construir um lanço de escadas, na continuação da caixa de escadas já existente, e o espaço da cave foi aproveitado para um quarto.

Em relação aos pavimentos, chegou-se á conclusão que estes foram alterados na maioria das situações. O soalho existente em todas as divisões foi substituído por pavimento cerâmico nas zonas de águas. Vários moradores apontaram que, devido ao estado de degradação em que o encontraram, se viram obrigados a substituí-lo. Os materiais mais utilizados foram a madeira e materiais plásticos.

No que se refere às paredes e tectos, estes foram, em geral, preservados. Foi apontado por alguns moradores que algumas paredes de tabique se encontravam em mau estado e por isso foram substituídas. Em alguns casos de grandes remodelações, surgem tectos falsos, como na habitação 16 e 22.

Fig. 78 - Acesso à cave.

Fig. 79 - Habitações mais degradadas.

Fig. 80 - Interior recuperado da habitação 4.

Concluindo, apesar de inúmeras alterações feitas por parte dos moradores, ainda se consegue ter alguma leitura de conjunto do bairro do Monte Pedral e esse será, provavelmente, o maior valor patrimonial em causa. A construção de anexos avulsos, de variadas volumetrias, é o facto de mais perturba esta leitura. Nota-se alguma heterogeneidade no que se refere aos recursos financeiros dos vários moradores, o que se reflecte nas modificações efectuadas. Duas habitações em particular denotam a pouca atenção a que foram sujeitas pelo estado de degradação em que se encontram. Em cerca de metade das habitações é visível a preocupação em resolver os problemas que surgem, sem grandes transformações, mas numa tentativa de manutenção do existente. Algumas outras habitações foram recentemente sujeitas a grandes obras de remodelação, sendo notória uma preocupação em manter o carácter original do edificado. No entanto, em todos os casos, os moradores sentiram a necessidade de ampliar o espaço interior, construindo novos volumes.

3.2. Síntese das Anomalias e Degradações Observadas

Com base no levantamento e nas visitas feitas ao Bairro do Monte Pedral, pretende-se neste capítulo fazer uma análise às principais anomalias, degradações, problemas de conforto e de infraestruturas existentes. Esta análise e as suas conclusões servirão de base para a elaboração de uma proposta de intervenção que pretende trazer soluções para os problemas e necessidades deste Bairro.

Na análise exterior dos edifícios foram tidos em conta os seguintes parâmetros: a fissuração das fachadas, a ausência de estabilidade dos rebocos, a degradação das pinturas, a degradação das caixilharias, a cobertura, humidades e infiltrações.

O sistema estrutural utilizado nestas casas, paredes exteriores em alvenaria de pedra, sapatas em pedra sobre o solo, torna a estrutura muito estável. Assim, não foram detectados casos de habitações com problemas a este nível.

Foi encontrada alguma ausência de estabilidade dos rebocos, em particular nas duas casas que se encontram mais degradadas. A degradação material e a ausência de manutenção resultou na sua deterioração.

Também se denota o desgaste em algumas pinturas nas fachadas, mas, com maior incidência na face exterior dos muros.

A grande maioria das caixilharias foi substituída por caixilharias novas de madeira, alumínio ou PVC, pelo que não há grandes anomalias a apontar. No entanto, nas casas já referidas que se encontram num estado mais avançado de degradação, encontram-se casos de caixilharias deterioradas.

As coberturas encontram-se geralmente em bom estado, algumas delas tendo sido sujeitas a obras de recuperação recentes, incluindo a sua substituição por lajes de betão armado. Encontram-se nas casas anteriormente citadas sinais de degradação.

Não foram encontrados casos graves de humidades e infiltrações exteriores. As humidades detectadas encontram-se maioritariamente junto ao solo.

Fig. 81 - Ausência de estabilidade dos rebocos.

Fig. 82 - Coberturas degradadas.

Fig. 83 - Exemplos de problemas de humidade.

Fig. 84 - Caixilharias degradadas.

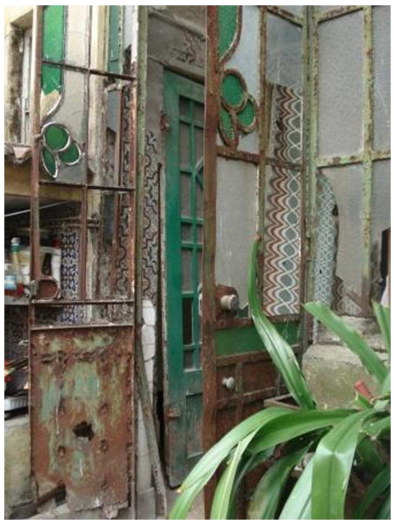


Fig. 85 - Caixilharias degradadas.

Foi efectuado também um levantamento das anomalias no interior das habitações através de entrevistas a alguns moradores, ou, nos casos em que tal foi permitido, por visita ao interior da casa. Foram considerados os seguintes parâmetros: humidades e infiltrações, fissuras e degradação dos revestimentos.

É de salientar que a maioria das casas visitadas foi alvo de reabilitações recentes. Por isso, de uma forma geral, não foram detectados problemas graves no interior das habitações, com a excepção da casa 3. Não foi permitido que se entrasse no seu interior, mas foi possível visitar-se o logradouro. O morador apontou problemas de humidades, infiltrações, desgaste de paredes, tectos e pavimentos.

Genericamente, os maiores problemas de humidades situam-se nas áreas menos ventiladas, como é o caso das casas de banho e da cave.

Em relação à fissuração de tectos e paredes, não foram encontrados casos problemáticos, apenas fissuras ligeiras em alguns tectos e paredes que podem ter origem na falta de aderência da pintura.

Os pavimentos, como já referido, foram substituídos ou cobertos com outros materiais em todos os casos apurados.

Duas outras questões foram também sujeitas a análise: o conforto térmico e o conforto acústico. Segundo os moradores, nenhuma destas questões foi apontada como um problema. As paredes em alvenaria de pedra, devido à grande espessura, minimizam as pontes térmicas, e a madeira existente nos pavimentos funciona como um bom isolamento. Verificou-se a existência de recuperadores de calor apenas numa das casas visitadas.

Em suma, não foram encontrados problemas estruturais, ou outros, de gravidade que possa pôr em causa a segurança dos edifícios. As anomalias encontradas são de um carácter mais superficial e devem-se principalmente à degradação por falta de manutenção. O facto de muitas das habitações terem sofrido algum tipo de obra recentemente, leva a que alguns destes problemas tenham sido ultrapassados por supressão do elemento construtivo original.

4. Bases para uma Proposta

4.1. Intervenção no Património Edificado de Natureza Social

A problemática da intervenção ou recuperação de edifícios surge a partir do século XVIII, contemporaneamente à noção de património histórico, mas só com o romantismo é que, em Portugal, esta questão é realmente colocada. Foi nesta época que se começou a classificar a restaurar os monumentos considerados mais importantes, numa tentativa de chegar a uma identidade nacional, legível nesses mesmos monumentos, mas também porque muitos edifícios considerados de valor se encontravam em estado avançado de ruína. Nos anos 60 surge, expresso na Carta de Atenas, um novo conceito de intervenção: "... a intervenção nova deve manter-se higiénica e claramente diferente da antiga e ajudando a esclarecê-la, deve mostrar-se e mostrá-la."[46] Isto leva a que o passado seja tratado como relíquia intocável. A partir dos anos 70 é revista esta rigidez da Carta de Atenas, e passa a ser considerada a individualidade de cada caso, evitando-se assim as generalizações.

A reabilitação de património é, ainda hoje, muitas vezes associada a um tipo específico de edificado; mas não é apenas a construção de excepção, ou mais rica que faz a história da cidade, pelo contrário, a construção corrente é aquela que mais impacto tem em quem habita a cidade. O património não deve ser visto como algo de estático, a tal relíquia intocável, mas sim como uma base, passível de mudança e continuidade.

Na cidade do Porto, a problemática da reabilitação do património edificado é um assunto muito actual. Várias iniciativas têm vindo a ser tomadas no sentido de reabilitar a zona da baixa portuense, por exemplo. No campo da reabilitação da habitação social também se denota uma preocupação por parte dos serviços camarários, mas maioritariamente em bairros problemáticos, mais a nível social do que construtivo.

O Bairro do Monte Pedral, ainda que na sua pequena escala, é, sem dúvida, um exemplo de património a ser recuperado. Numa altura em que os problemas da habitação operária são muito graves, neste bairro procura-se a higienização e modernidade, oferecendo às classes mais baixas e desfavorecidas conforto habitacional e integração na sociedade. Considerado

[46] Jornal dos Arquitectos nº 213, PEREIRA, António Nunes - "O Património – Entre a aposta arriscada e a confidência nascida da intimidade", 2003, p. 29.

como imóvel de valor arquitectónico pela Câmara Municipal do Porto na Carta de Valores Arquitectónicos, tem um papel inovador no que se refere à arquitectura social.

"A *Carta de Valores Arquitectónicos do Porto* é um instrumento de conhecimento do tecido edificado da Cidade, na qual estão registados um vasto conjunto de imóveis que testemunham momentos determinantes da história do Porto ou aspectos particulares da sua evolução urbana. (...) Mais do que memórias ou arquitecturas de autor, reflectem a riqueza histórica e arquitectónica deste território (...) Para a sua elaboração foram considerados diversos critérios como a antiguidade, raridade, autenticidade, o valor artístico, científico ou ainda a autoria do projecto, bem como a qualidade estética ou o carácter inovador da arquitectura." [47]

Os pressupostos desta Carta revelam a importância atribuída ao Bairro do Monte Pedral ao ter sido incluído. De forma a poder delinear uma estratégia de intervenção no mesmo, procurou-se informação relativa a *Imóveis de Interesse Patrimonial* no Plano Director Municipal. No artigo 45º vem descrito o seguinte:

"1 - Os imóveis de interesse patrimonial, identificados na planta de ordenamento - carta do património e no anexo I deste Regulamento, correspondem a imóveis que, pelo seu interesse histórico, arquitectónico ou ambiental, devem ser alvo de medidas de protecção e valorização.

2 - Sempre que a tipologia arquitectónica o permita, admitem-se obras de alteração e ampliação, desde que devidamente justificadas e que não desvirtuem as características arquitectónicas e volumétricas do existente, devendo a operação colher parecer prévio dos serviços competentes.

3 - A demolição total ou parcial de imóveis de interesse patrimonial é sujeita a parecer prévio dos serviços competentes e só é permitida por razões que ponham em causa a segurança de pessoas e bens, de salubridade e higiene e, ainda, nos casos em que a mesma tenha como objectivo a qualificação arquitectónica ou urbanística." [48]

Procurando seguir estes princípios, a reabilitação do Bairro do Monte Pedral deve procurar manter o seu carácter histórico, arquitectónico e patrimonial, seguindo ainda os critérios de:

---

[47] http://sigweb.cm-porto.pt/munisigweb/%28S%285szuvkbh0u0kyvne5gih4yzs%29%29/images/headers/cva.html

[48] http://sigweb.cm-porto.pt/mipweb/Dados/Regulamento_PDM/PDM%20-%20Porto-diario-republica.pdf

"Autenticidade: a intervenção deverá preservar o edificado existente nos seus múltiplos aspectos, nomeadamente quanto aos sistemas estrutural e organizacional. O valor está no edifício como um todo, não devendo ser sobrevalorizada a sua imagem exterior, mas a integridade de todos os seus componentes.

Reversibilidade: as alterações deverão ter, tanto quanto possível, carácter reversível, circunscrevendo-se à necessidade de resposta a questões funcionais ou regulamentares, devendo ter como objectivo a valorização das pré-existências.

Integração na envolvente: toda a proposta deverá sempre salvaguardar o próprio carácter do imóvel bem como a imagem do conjunto, preocupação esta relevante no caso do imóvel integrar um grupo de edifícios.

Volumetria: deverão ser objecto de cuidada análise e ponderação as questões que envolvam o aumento de volumetria, em altura e/ou em profundidade, devendo o novo corpo revelar uma cuidada articulação com a preexistência e a sua envolvente.

Sistema estrutural: a manutenção da estrutura existente seja de madeira, ferro ou betão armado evita onerar a intervenção. Nos imóveis inseridos em áreas históricas, refere-se a importância vital da manutenção do sistema de distribuição vertical (escadas), normalmente associada a iluminação zenital (clarabóia) e intimamente ligada à organização espacial.

Elementos arquitectónicos e pormenores decorativos: conservar toda a diversidade arquitectónica que confere carácter ao imóvel, seja exterior ou interior (cantarias em granito, panos de azulejo, gradeamentos de ferro, pormenor das caixilharias, soalhos, tectos de estuque, lambris ou apainelados)." [49]

Hoje em dia, O Bairro do Monte Pedral encontra-se bastante degradado e alterado. Ao longo do tempo os moradores fizeram alterações sucessivas no sentido de adaptar as habitações, cujo projecto já tem mais de 100 anos, às necessidades de hoje em dia, melhorando o seu conforto e qualidade de vida. Sendo natural que tal aconteça, leva a um desvirtuamento do bairro e da sua imagem, cujo carácter deveria ser mantido. São, neste momento, inúmeros os volumes acrescentados, numa tentativa de ampliação do espaço interior, as alterações às

[49] C.M.Porto, "Intervir em Edifícios Protegidos", Porto, Maio de 2009.

C129 - Bairro do Monte Pedral

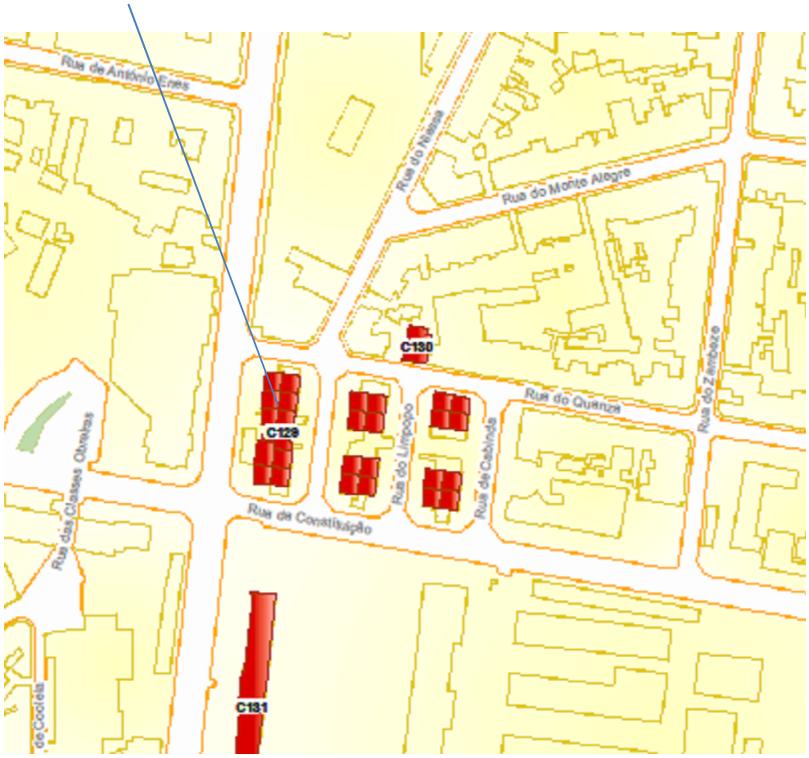


Fig. 86 - Carta dos Valores Arquitectónicos. C.M.P.

fachadas, que levam a que o bairro perca a sua uniformidade, a sua identidade. É necessário encontrar um equilíbrio entre as necessidades que os moradores sentem, as legislações actuais e aquilo pretendido inicialmente pelo arquitecto Marques da Silva.

A proposta que se segue procura respeitar todos os princípios anteriormente citados e poderá servir como base a uma intervenção futura.

4.2. Bases para uma Proposta de Intervenção

O Bairro do Monte Pedral, projecto do Arq. Marques da Silva, data de 1898. Passados mais de 100 anos da sua construção, o Bairro encontra-se degradado e alterado pelos inúmeros volumes acrescentados.

Originalmente projectado para uma zona em crescimento da cidade, o Bairro encontra-se hoje em dia numa zona muito central do Porto, numa área estabilizada e maioritariamente habitacional. O conceito de bairro social, a ideia de vizinhança, perdeu-se um pouco, sendo habitado por pessoas de proveniências e capacidades económicas muito diferentes. Tal, é visível pelo estado em que se encontram as diversas habitações, umas totalmente recuperadas, por vezes alterando seriamente o projecto original, e outras num estado de grande degradação.

Baseada em toda a informação recolhida e exposta nos capítulos anteriores, esta proposta de intervenção tem como objectivo desenvolver uma estratégia que possibilite recuperar o carácter do Bairro, a sua imagem, repondo a sua qualidade arquitectónica e respondendo às necessidades actuais dos moradores.

Pretende-se assim estabelecer linhas guias que permitam uma intervenção de conjunto que mantenha os valores patrimoniais reconhecidos nestes edifícios.

Como matriz das intervenções propõe-se que parte da área do logradouro lateral possa ser ocupada com construção, visto que é essa a realidade actual em todas as habitações. Esses anexos poderão ter a função de cozinha, prolongamento da sala, ou outras utilizações. É importante a criação de uma norma para estas construções para que não surjam de forma avulsa.

É admissível uma zona de estacionamento, ocupando também parcialmente o logradouro lateral. No caso das habitações voltada a oeste, cuja diferença de cota com a rua é maior, é possível que o estacionamento seja no subsolo.

O logradouro frontal deve ser obrigatoriamente ajardinado.

Pré-existências como a caixa de escadas, ou eventuais caixilharias originais, devem ser mantidas.

De forma a seguir estes princípios, elaborou-se uma proposta exemplificativa do que poderia ser uma intervenção neste Bairro. Seleccionou-se um módulo de 4 casas, que servirá de referência para as restantes habitações.

Após a análise do projecto original e das alterações efectuadas por partes dos moradores, chegou-se à conclusão que o desenvolvimento de uma tipologia T2 poderia fazer mais sentido, do que a tipologia T3 inicialmente prevista.

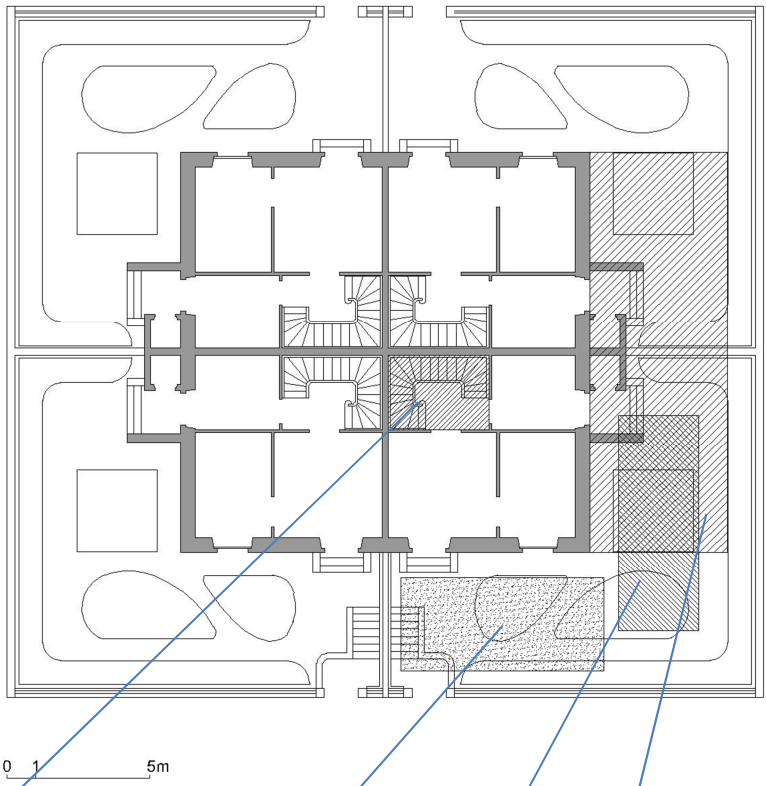


Fig. 87 – Matriz/ base para uma proposta de intervenção.

No piso térreo estavam previstos um quarto, uma sala, uma cozinha e uma casa de banho exterior, consequentemente, a sala tinha uma área reduzida, e a cozinha situava-se num local de passagem. Suprimir o quarto deste piso permitiria, por um lado, uma separação clara do que são os espaços comuns e os espaços privados da casa, relegando para o 1º piso a zona privada, por outro, permitiria um aumento do espaço de sala, possibilitando a criação de uma zona de estar e de uma zona de comer.

A supressão do quarto permite que, além do facto de a sala ganhar mais área, seja criado um espaço de entrada, hall, que faz a distribuição para o resto da casa, criando maior privacidade entre as zonas privadas e as zonas de uso comum.

Dado que a grande maioria dos moradores optou por prolongar o interior da casa com a construção de volumes anexos, optou-se por criar um volume que ocupa parcialmente o logradouro lateral, onde se localiza a cozinha e lavandaria, e que possibilita um espaço de estacionamento.

Assim, a cozinha deixa de estar num local de passagem, possuindo uma área mais adequada, e o espaço que ocupava anteriormente, torna-se num zona de comer. A casa de banho passa a localizar-se na zona de entrada, conseguindo uma área mais generosa e tornando-se uma parte integrante da habitação.

No piso superior, onde estavam previstos apenas dois quartos e um espaço de arrumos/ sótão, sugere-se a inclusão de uma casa de banho completa que sirva esses quartos. O espaço previsto para arrumos passa a ser ocupado por uma casa de banho completa.

Pelo exterior das habitações sugerem-se então duas entradas. O portão já existente, que dá acesso ao logradouro principal, e um outro que possibilita a entrada de viaturas para o novo espaço de estacionamento, ao nível da rua.

Relativamente à imagem dos edifícios pretende-se que ela seja tão fiel à original quanto possível, mantendo a leitura da volumetria e dos materiais inicialmente utilizados. Procurando incluir as necessidades que os moradores demonstraram, propõe-se a construção de um volume anexo que ocupa uma parte do logradouro lateral. É um volume muito simples volumetricamente e neutro, de forma a não prejudicar a leitura do volume existente. Os materiais são também escolhidos de forma a não chocarem com os já existentes, e a não prejudicarem a leitura dos mesmos. Esse novo volume pretende colmatar a necessidade que os moradores demonstraram de prolongar o espaço interior da casa, tendo como função cozinha, lavandaria e espaço de estacionamento.

Procura-se portanto interferir o mínimo possível com a volumetria existente, no entanto, respondendo às necessidades actuais. O novo volume não prejudica a imagem do bairro, incluindo-se na mesma, sem se sobrepor.

É importante referir que todas a pré-existências, escadas, caixilharias, ou outras, que seja possível recuperar, devem ser mantidas.

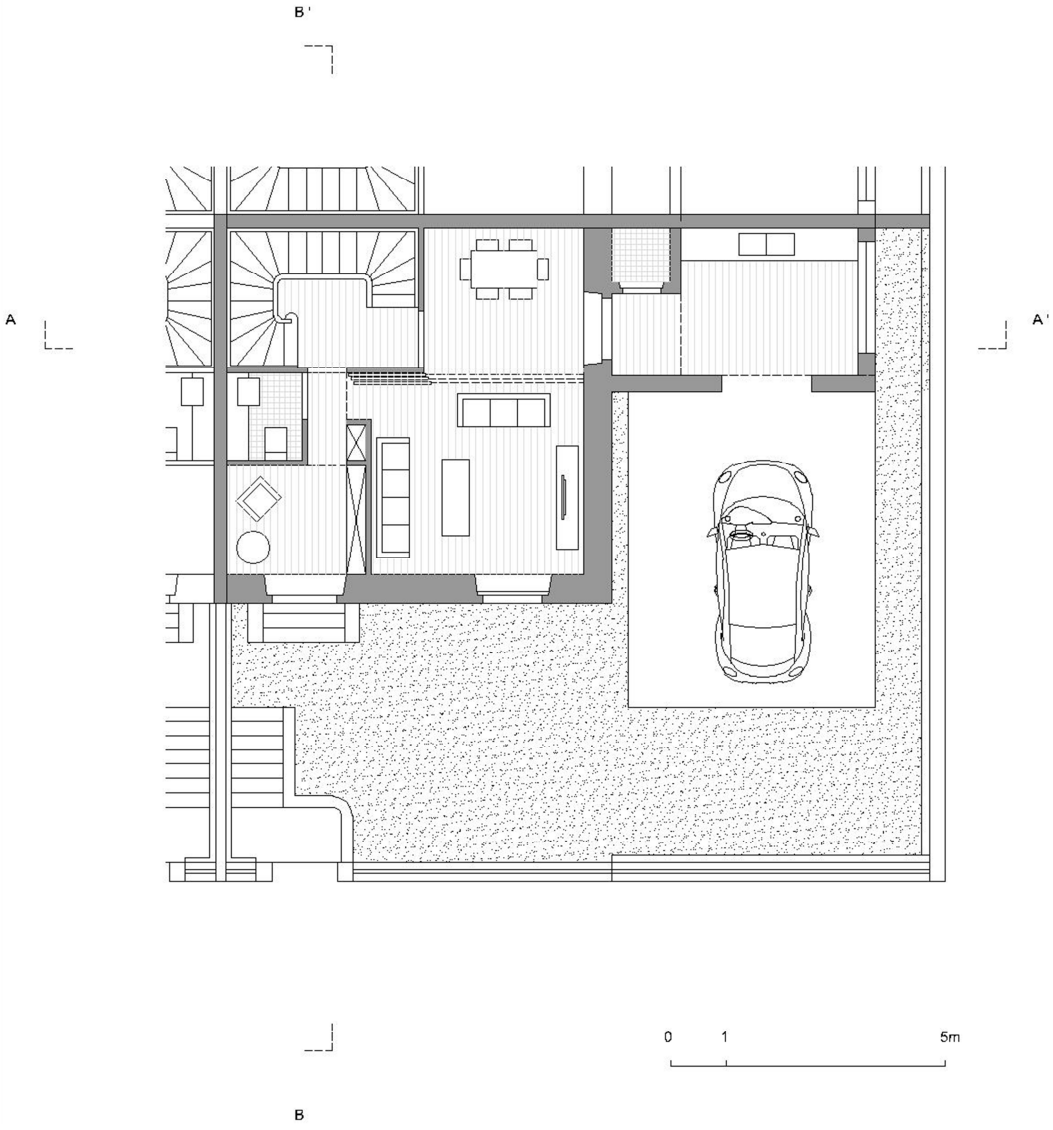


Fig. 88 – Proposta exemplificativa para a planta tipo do piso térreo.

Ao nível do conforto surgem alguns problemas que devem ser colmatados. Os materiais existentes, pedra e madeira não têm a resposta térmica e acústica mais eficiente. Sugere-se portanto que seja incluído um isolamento térmico e acústico nas paredes, pelo seu interior, de forma a não prejudicar a leitura externa do edifício. A proposta prevê também o isolamento da cobertura pelo seu interior. Sugere-se a utilização de poliestireno extrudido e gesso cartonado.

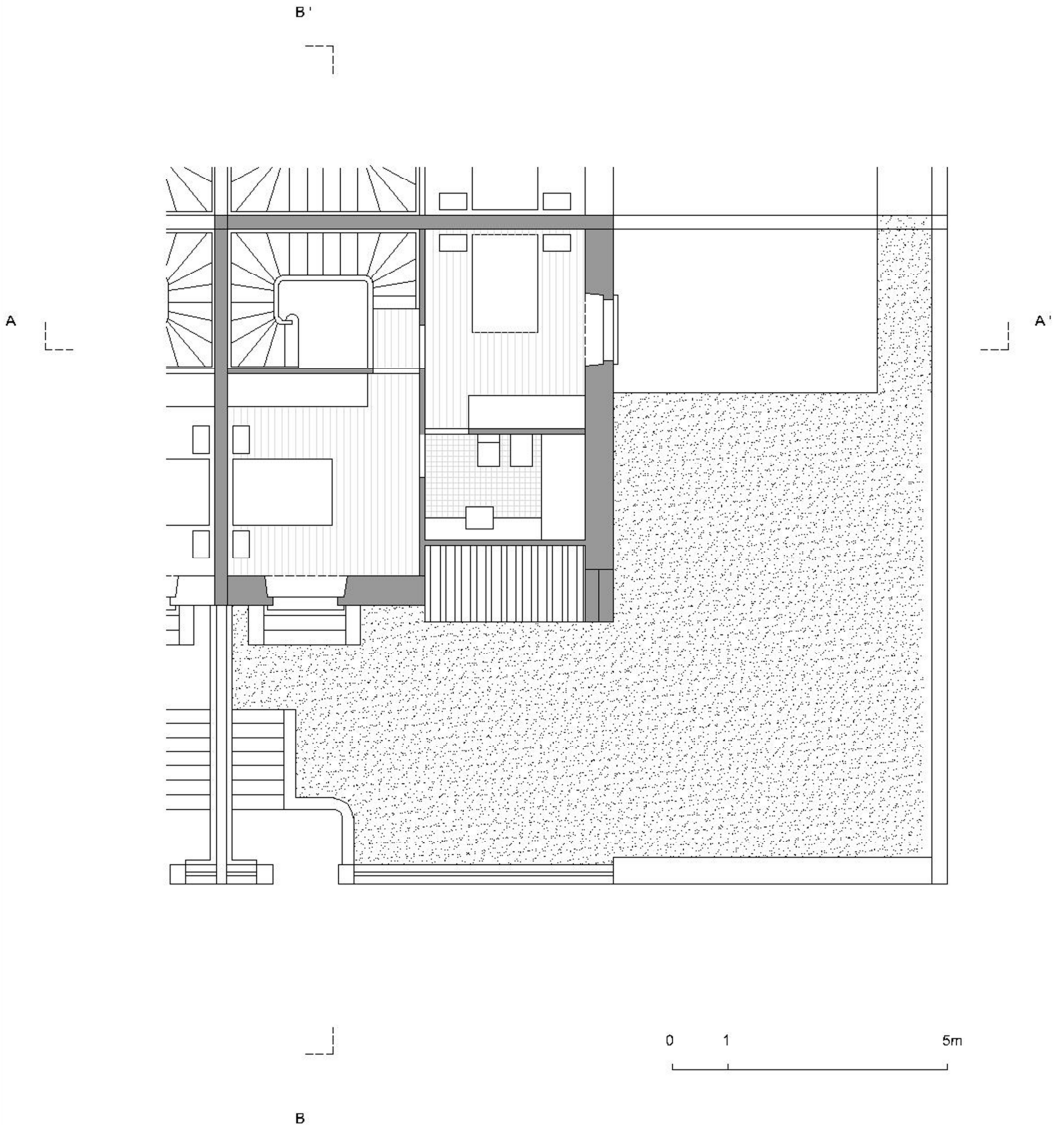


Fig. 89 – Proposta exemplificativa para a planta tipo do 1º piso.

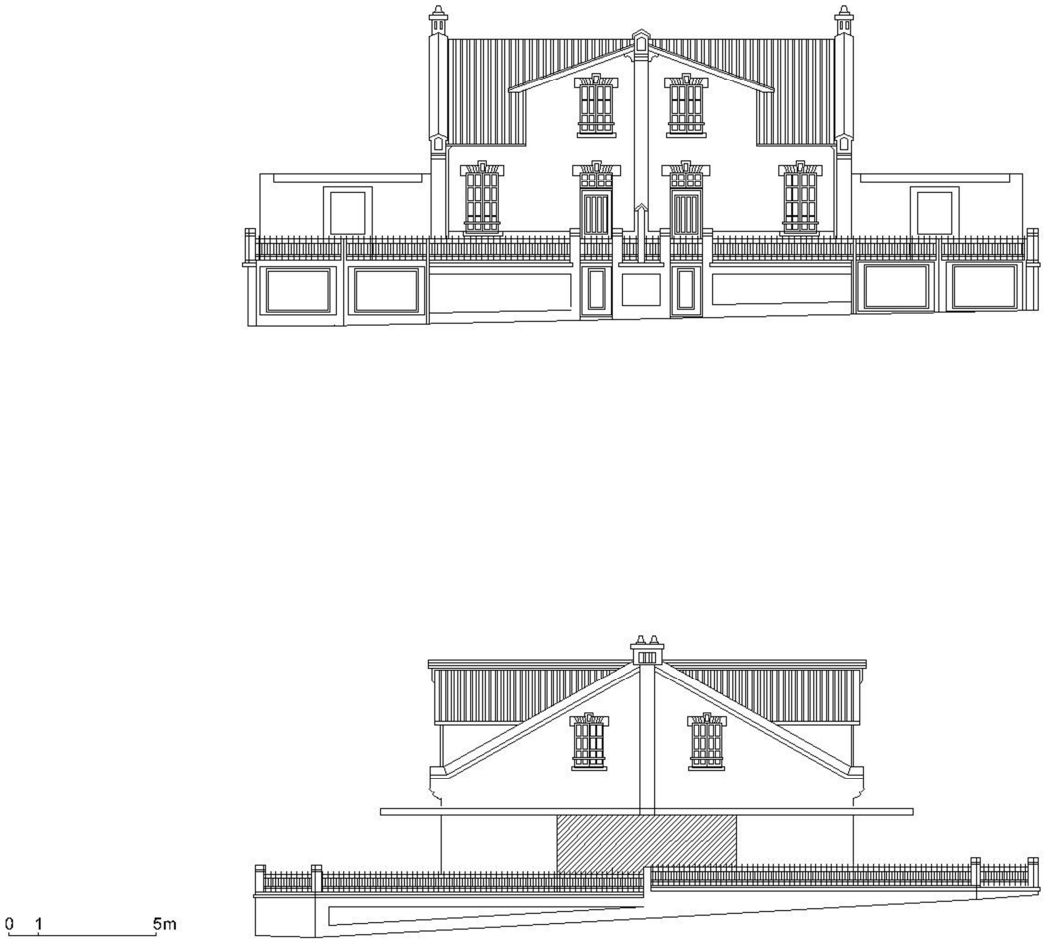


Fig. 90 - Alçados frontal e lateral da proposta exemplificativa.

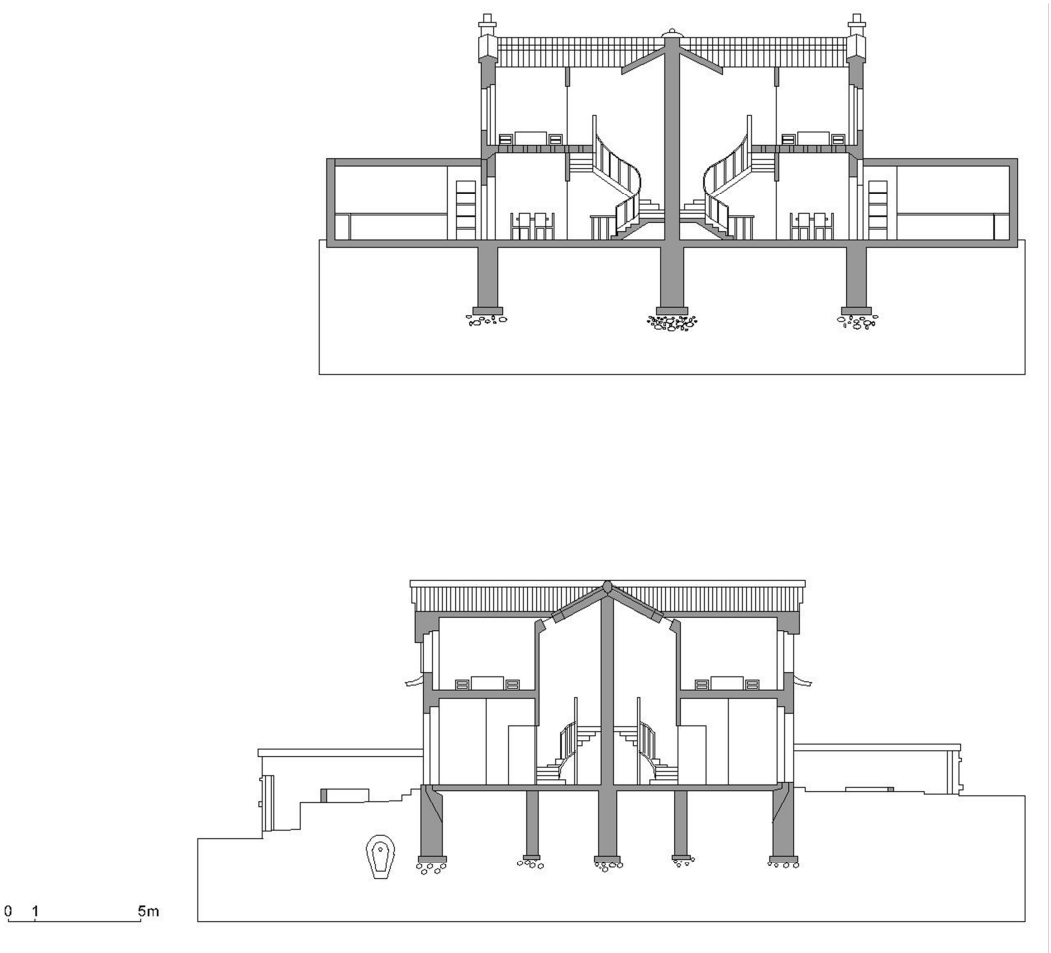


Fig. 91 – Cortes longitudinal e transversal da proposta exemplificativa.

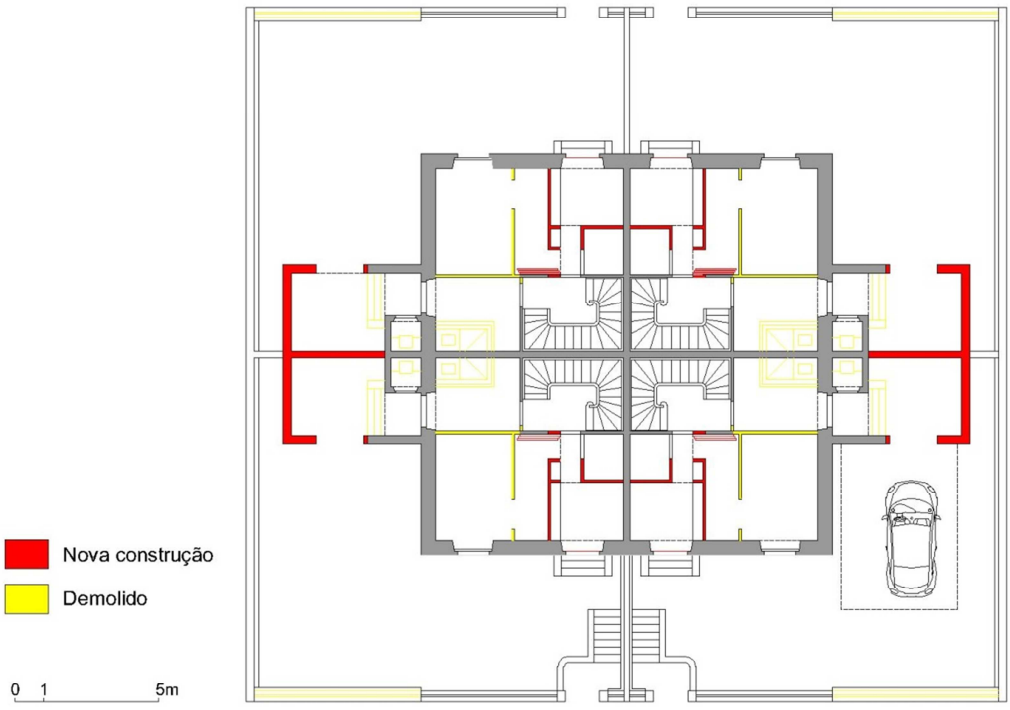


Fig. 92 - Planta tipo com as alterações ao projecto inicial da proposta exemplificativa.

5. Conclusão

5.1. Notas conclusivas

"É importante perceber que a reabilitação das cidades não se deve prender, somente, com a reabilitação dos centros históricos […] Assim, a reabilitação da actual cidade deve aprender com os erros do passado, procurando evitar a degradação e consequente desertificação dos bairros, tal como aconteceu nos centros históricos. A reabilitação é urgente e deve procurar desenvolver-se com identidade, incluindo a sua história, a sua cultura e a sua população." [50]

Embora a preocupação com a reabilitação seja cada vez mais constante, esta, nem sempre é feita da melhor forma. A falta de estratégia, sentido crítico ou reflexão, conduz por vezes a resultados negativos.

Este estudo sobre o Bairro do Monte Pedral poderá servir como síntese e sistematização de informação e metodologias para apoio ao desenvolvimento de outros casos. Procurou-se uma estratégia de conjunto, de forma a evitar intervenções isoladas que descaracterizam e poem em causa a história e unidade do Bairro.

Depois de introdução onde é delineada a estratégia do trabalho, procurou-se, no segundo capítulo, uma aproximação ao bairro, por intermédio do seu enquadramento histórico, urbano e arquitectónico. Complementarmente, e através da revisão do conhecimento, procurou-se perceber o contexto que levou à construção do Bairro e suas consequências à época.

No terceiro capítulo, e após um levantamento-síntese de todas as alterações efectuadas à construção e anomalias detectadas, definiram-se os pontos mais importantes de intervenção e os problemas mais prementes a resolver.

No quarto capítulo são apresentadas bases para uma proposta de intervenção. Tendo em conta a toda a informação recolhida, e sua interpretação, é apresentada uma

[50] KOEHLER, Mariana, *Colónia Operária Viterbo de Campos, do Reconhecimento à Estratégia de Intervenção*, Porto, 2010, p. 155.

proposta que procurou conciliar os valores patrimoniais identificados no edificado com as necessidades actuais dos moradores.

Pretende demonstrar-se com este estudo que, após um correcto levantamente/ diagnóstico, é possível com actuações pouco intrusivas reabilitar este e outros bairros operários, melhorando significativamente as condições de uso e desempenho das construções existentes.

É importante reforçar que a reabilitação deste e de outros bairros sociais é muito importante, na medida em que eles representam a história e património da cidade, mas também porque marcam a sua imagem e a sua memória colectiva.

Bibliografia Geral

AGUIAR, José, *Cor e Cidade Histórica; Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP, 2002.

C. M. PORTO, *As Ilhas, as Colónias Operárias e os Bairros de Casas Económicas*, Porto: C.M.P. - Pelouro de habitação, Acção Social e Protecção Civil, 2000.

C. M. PORTO, *Habitação Social no Porto*, Porto: C.M.P. - Pelouro da Habitação, Acção social e Protecção Civil, 1999.

C. M. PORTO, *Intervir em edifícios Protegidos*, Porto: Maio de 2009.

CAPITEL, Antón, *Metamorfosis de monumentos y teorias de la restauración*. 2ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 2009 (1ª ed. 1988).

CARDOSO, António, *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do séc. XX*, 2ª edição, Porto: FAUP publicações, 1997.

CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2008 (tradução da edição de 1999).

COSTA, Alexandre Alves, *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa*, FAUP 1995.

COSTA, Alexandre Alves, *Arquitectura como arte de transformar*. Conferência. In 1º Seminário – A intervenção no Património: Práticas de Conservação e Reabilitação. Porto: FEUP, 2002.

COSTA, Alexandre Alves, *O Património entre a aposta arriscada e a confidência nascida da intimidade*. Jornal dos Arquitectos 213, 2003.

FERREIRA, António Fonseca, *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto: Edições Afrontamento, 1987.

FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, Vol. I, Livraria Bertrand, Lisboa, 1991.

FRANÇA, José-Augusto, A Arte Portuguesa de Oitocentos, Biblioteca Breve, 1983, Lisboa.

GIGANTE, José, *Reabilitação de Edifícios Escolares, Remodelação da Escola Secundária Rocha Peixoto; Algumas Notas Sobre as Soluções Construtivas Adoptadas*. Construção Magazine, 2010.

GONÇALVES, Eliseu, *O alojamento operário portuense nas primeiras décadas do século XX: da Casa Familiar ao Bloco Comunitário*, in Pereira, Virgílio Borges (Coord.), Ilhas, Bairros Sociais e Classes Laboriosas na Cidade do Porto (1956-2006). Relatório Científico Final. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, 2010 [FAUP].

GROS, Marielle, O Alojamento Social sob o Fascismo, Porto: Edições Afrontamento, 1982.

GUIMARÃES, Filipa, Do Social Edificado: Bases para uma Proposta de Reabilitação do Bairro de São Vítor. Dissertação de Mestrado. Porto: FAUP, 2009.

HOWARD, Ebenezer, *Garden Cities of Tomorrow*, London: S.Sonnenschein & Co., Lta., 1902.

KOEHLER, Mariana, *Colónia Operária Viterbo de Campos, do Reconhecimento à Estratégia de Intervenção*. Dissertação de Mestrado. Porto: FAUP, 2010.

LOPES, Nuno Valentim, *Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e Início do Século XX - Do Restauro à Selecção Exigencial de uma Nova Caixilharia: o Estudo do Caso da Habitação Corrente Portuense*. Dissertação de Mestrado. Porto: FEUP, Dezembro de 2006.

LOPES, Nuno Valentim, *Dez temas para um texto sobre reabilitação*. Revista Dédalo. Porto: AEFAUP, 2009.

MATOS, Fátima Loureiro de, *Os bairros Sociais no Espaço urbano do Porto: 1901-1956*, Análise Social, Vol. XXIX (127), 1994 (3.º).

MULLER, Emile, CACHEUX, Emile, Les *habitations ouvrières* en tous *pays: situation en 1878. Avenir*, Paris, 1879.

MESQUITA, Mário João; Sarmento, Inês; TAVARES, Domingos, *Marques da Silva : o aluno, o professor, o arquitecto*, Porto: IMS, 2006.

PEREIRA, António Nunes, *Para uma terminologia da disciplina de protecção do património construído*. Jornal dos Arquitectos 213, 2003.

PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, Vol. III, Círculo de Leitores, 1995.

RIBEIRO, Irene, *Raul Lino, Pensador Nacionalista da Arquitectura*, FAUP, 1994.

TAVARES, Domingos, *O significado histórico e sociocultural do monumento como primeiro critério de conservação e reabilitação*. Conferência. In 1º Seminário – A intervenção no Património: Práticas de Conservação e Reabilitação. Porto: FEUP, 2002

TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, *Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal*, Porto: FAUP, 2004

TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

LEGISLAÇÃO

Regulamento PDM, Artigo 45.º - Imóveis de interesse patrimonial.

CATÁLOGOS

Catálogo da exposição Arquitectura do Século XX: Portugal, Deutsches Architektur-Museum, Frankfurt am Main (11 de Outubro- 4 de Janeiro de 1998), Centro Cultural de Belém, Lisboa (Junho - Setembro de 1998).

Catálogo da exposição J. Marques da Silva Arquitecto 1869 - 1947, Porto: Secção Regional do Norte da Associação dos Arquitectos Portugueses, 1986.

Catálogo da exposição Marques da Silva e a Fotografia, Imagens de uma Época, Porto: Galeria do Palácio, C. M. do Porto, 10 de Fevereiro a 6 de Março de 2005.

Catálogo da exposição Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

O Comércio do Porto, 29 de Novembro de 1905.

Jornal dos Arquitectos nº 213.

INTERNET

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26802

http://doportoenaoso.blogspot.com/

http://www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/howard.htm

Fontes das Ilustrações

Fig. 1 - TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, Mapa 5.

Fig. 2 - TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, p. 185.

Fig. 3 - TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, p. 192.

Fig. 4 - TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, p. 184.

Fig. 5 e 6 - http://doportoenaoso.blogspot.com/2010/12/os-bairros-sociais-no-porto-i.html

Fig. 7 - Inês Vale, Porto, 2011.

Fig. 8 - MATOS, Fátima Loureiro de, *Os bairros Sociais no Espaço urbano do Porto: 1901-1956*, Análise Social, Vol. XXIX (127), 1994, p 684.

Fig. 9 - TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, Mapa 7.

Fig. 10 e 11- http://doportoenaoso.blogspot.com/

Fig. 12 - TEIXEIRA, Manuel C., *Habitação Popular na Cidade Oitocentista: as Ilhas do Porto*, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996, Mapas 10 e 11.

Fig. 13 - http://www.leodis.org/display.aspx?resourceIdentifier=2007731_164346

Fig. 14 - http://eu.art.com/products/p13053805-sa-i2294704/posters.htm?ui=4F2A71AEE06A4FC2

Fig. 15 - http://fredandkatetaylor.com/All%20documents/World_of_F&K.html

Fig. 16 - http://www.leodis.net/display.aspx?resourceIdentifier=2003514_6034487

Fig. 17 - http://www.leodis.net/discovery/show.asp?ri=images/200417_688786805.jpg

Fig. 18 - http://www.geograph.org.uk/photo/7355

Fig. 19 - http://fredandkatetaylor.com/All%20documents/World_of_F&K.html

Fig. 20 - http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70197/

Fig. 21 - http://forums.watchuseek.com/f73/classy-buildings-your-town-427342.html

Fig. 22 - http://theactivitiesofpoets.blogspot.com/

Fig. 23 - http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Alfandega_Nova_-_Porto.JPG

Fig. 24 - http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ArchPitt-Porto-CrystalPalace.jpg

Fig. 25 - http://www.minube.pt/fotos/sitio-preferido/1520/8906

Fig. 26 - http://sarmento.weblog.com.pt/arquivo/2005/12/_convocadas_reu.html

Fig. 27 - http://doportoenaoso.blogspot.com/

Fig. 28 - http://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a_de_Mouzinho_de_Albuquerque_%28Porto%29

Fig. 29 - http://www.panoramio.com/photo/29319005

Fig. 30 - http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=409054

Fig. 31 -http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=425569

Fig. 32 -http://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Ventura_Terra

Fig. 33 -http://fims.up.pt/index.php?cat=45&subcat=2

Fig. 34 e 35 - http://whitechapelghoststyle.wordpress.com/2010/06/14/la-gallerie-des-machines-by-dutert/

Fig. 36 - http://en.wikipedia.org/wiki/File:Eiffel_Tower_bw.jpg

Fig. 37 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p. 5.

Fig. 38 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p. 7.

Fig. 39 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p. 25

Fig. 40 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p.15

Fig. 41 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p. 127.

Fig. 42 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p.205.

Fig. 43 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p. 217.

Fig. 44 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p. 136 e 139.

Fig. 45 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p. 179.

Fig. 46 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p. 34.

Fig. 47 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p. 35

Fig. 48 – Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p. 35

Fig. 49 - Catálogo da exposição *Marques da Silva, O Aluno, O Professor, O Arquitecto*, Instituto Marques da Silva, FAUP, 2006, p. 35

Fig. 50 - *MULLER,* Emile, CACHEUX, Emile, Les *habitations ouvrières* en tous *pays: situation en 1878. Avenir*, Paris, 1879.

Fig. 51 - *MULLER,* Emile, CACHEUX, Emile, Les *habitations ouvrières* en tous *pays: situation en 1878. Avenir*, Paris, 1879.

Fig. 52 - http://doportoenaoso.blogspot.com/search?q=mulhouse

Fig. 53 a 55 - http://www.library.cornell.edu/Reps/DOCS/howard.htm

Fig. 56 a 58 – Inês Vale, Porto, 2011.

Fig. 59 – http://maps.google.com/

Fig. 60 – Planta do Porto Digital.

Fig. 61 a 72 - Inês Vale, Porto, 2011.

Fig. 73 - Inês Vale sobre Planta do Porto Digital, Porto, 2011.

Fig. 74 a 85 - Inês Vale, Porto, 2011.

Fig. 86 - http://sigweb.cm-porto.pt/munisigweb/%28S%28nbcip155div3fx4530vyivr1%29%29/mapviewer/sectionsviewer.aspx?id=29

Fig. 87 a 92 - Inês Vale, Porto, 2011.